

Gráfico 43 - Oferta de Formação Continuada

2. Oferta formação continuada para profissionais da instituição sobre a Primeira Infância?

47 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Sobre violências contra Crianças na Primeira Infância, as respostas demonstraram que 25 instituições responderam que não possuem dados de situações de violência; 4 disseram que possuem; e 2 tem casos, mas não foram quantificados, enquanto uma instituição relatou que no decorrer dos anos identificaram situações, sendo encaminhadas para o Sistema de Garantia de Direitos acompanhar o caso.

Quanto à ocorrência de acidentes sofridos por crianças na Primeira Infância, 26 instituições responderam não haver a ocorrência de acidentes e uma disse abordar esse assunto durante os processos de formação.

Referente à oferta de espaço lúdico para realização do acolhimento/atendimento de Crianças na Primeira Infância, foram obtidas as seguintes respostas: 33 instituições apontaram que possuem espaços adequados ao atendimento à criança de zero a seis anos; 3 disseram possuir, mas não de maneira específica e um não possui espaço lúdico. Dentre os que possuem, mencionaram ter: salas adaptadas com decoração lúdica, algumas contendo mesas e cadeiras infantis, armários, almofadas, colchonetes, tatames, TV, materiais pedagógicos e livros; brinquedoteca; biblioteca; ludoteca; áreas externas; solários; parques; cantinhos de histórias; parques infantis (balanço, escorregador, piscina de bolinha, tanque de areia, espaço para esporte); sala de artes; salas com paredes ilustradas com temas infantis; casinha; ateliê; parede com lousa; espaço adaptado para rodas de história e música e Centro de Atendimento Universo Prematuro.

Quanto à informação sobre os atendimentos e serviços ofertados nas instituições e na rede, a maioria dos pesquisados, isto é, 43 instituições afirmaram que garantem e apenas uma respondeu ser “insuficiente”. Dentre as informações transmitidas às famílias destacam-se: os serviços existentes na rede de Saúde, Educação e Assistência Social e os profissionais disponíveis, como: Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Dentista, Pedagogo, Psicólogo, Nutricionista, Fisioterapeuta, Assistente Social, Médicos, Serviços do CAPS, NAIA, UBS, Defensoria Pública, bem como os encaminhamentos necessários. Orientações e encaminhamentos sobre o Cadastro Único do Governo Federal, emissão de documentos, matrículas e vagas, oficinas profissionalizantes, distribuição de cartilhas sobre os direitos infanto juvenis.

No tocante à escuta ativa e espaço de participação da Família e da Criança no planejamento, organização e prestação dos atendimentos e serviços ofertados, foram obtidas as seguintes respostas: ocorrem por meio de reuniões, atendimentos individuais, grupo gestor no CRAS, planejamento conjunto entre os atendidos e seus familiares, bem como na construção do PPP – Projeto Político Pedagógico, troca de vivências, pesquisas para avaliação e pesquisa de satisfação e sugestões, reuniões de famílias, canal de escuta pelo *WhatsApp*, observação da fala e questionamentos das crianças, estímulos à participação nos colegiados, tais como: conselho escolar e APM – Associação de Pais e Mestres, conselhos gestores, e outros.

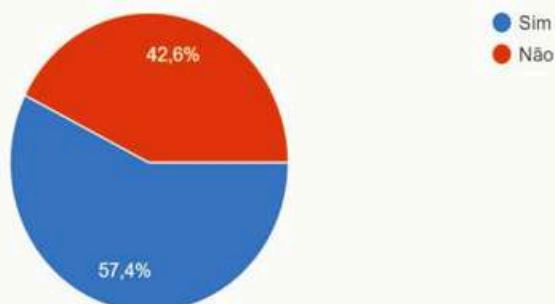
Quanto à existência de equipe de profissionais em quantidade e qualificação necessários para atender com agilidade e prioridade absoluta, demandas de Crianças na Primeira Infância, foram identificadas que para a maioria das ações e serviços, as equipes são insuficientes, da mesma forma é necessária a implantação de política de formação continuada especializada para os profissionais que atuam com a primeira infância, particularmente nas unidades executoras de políticas públicas, no Ministério Público e no Sistema de Justiça.

Gráfico 44 - Percentual de Demanda Reprimida



9. Há lista de espera por atendimento de crianças de 0 a 6 anos nos serviços e atendimentos ofertados?

47 respostas



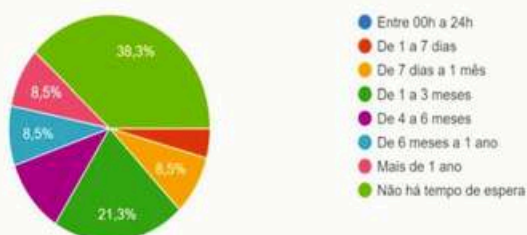
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Quanto ao tempo médio de espera para atendimento na rede pública e privada, destaca-se que cerca de 38,3% declararam não possuir tempo de espera; 21,3% a espera consiste em 1 a 3 meses para o atendimento; 8,5% responderam que o atendimento é de 7 dias a 1 mês; enquanto 8,5% declaram que vai de 6 meses a 1 ano, e outros 8,5%, mais de 1 ano, conforme demonstrado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 45 - Tempo médio de espera

9.1 Qual o tempo médio de espera?

47 respostas



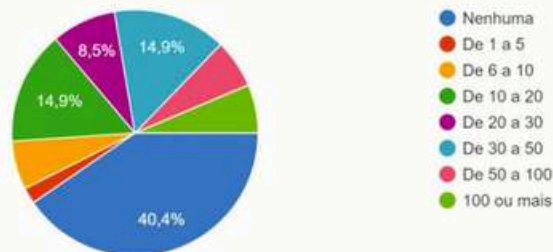
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

No que se refere ao número de crianças que aguardam atendimento, 40,4% responderam não possuir demanda reprimida, entretanto, 14,9% possuem de 30 a 50 crianças em lista de espera, 14,9% disseram ter de 10 a 20 e 8,5% mencionaram uma lista de espera entre 20 e 30 crianças. Os demais 21,3%, a lista de espera varia de 1 a 10 crianças ou possui mais de 100 em espera.



Gráfico 46 - Lista de Espera para Atendimento

9.2 Se sim, quantas estão na lista de espera?
47 respostas

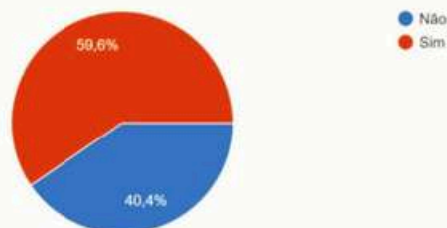


Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Sobre indicadores de qualidade dos atendimentos e serviços ofertados para Crianças na Primeira Infância, 59,6% disseram possuir e 40,4% mencionaram não haver, conforme demonstra o próximo gráfico:

Gráfico 47 - Indicadores de Qualidade

11. Possui indicadores de qualidade dos atendimentos e serviços ofertados para Crianças na Primeira Infância?
47 respostas



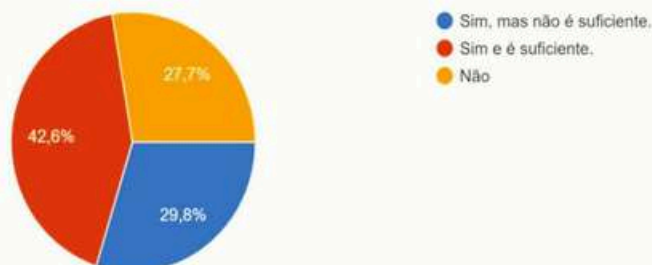
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Relativo aos recursos financeiros específicos para os serviços, 42,6% afirmaram que possuem recursos e são suficientes; 27,7% mencionaram não possuir e 29,8% disse contar com recursos insuficientes.

Gráfico 48 - Recursos Financeiros Específicos para Atendimento de Criança de 0 a 6 anos

12. Possui recursos financeiros específicos para os serviços e atendimentos voltados para Crianças na Primeira Infância? Caso sim, é suficiente?

47 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

No que tange aos espaços de atendimento e se eles asseguram a beleza (agradável à visão, à audição, ao tato e ao olfato), das 46 instituições pesquisadas, 78,3% disseram possuir espaços adequados e 21,7% não possuem. No que se refere às afirmativas, destacaram-se: paredes com adesivos coloridos, mobiliário adequado a crianças, brinquedos e jogos adequados às diferentes idades. Possuem parque, jardim e muitas árvores que atraem pássaros e animais menores. Contam com brinquedoteca e espaço verde para atividades ao ar livre e oficinas de socialização entre cuidador e a criança, espaços delimitados para as atividades lúdicas, jogos, brincadeiras e brinquedos, ambientes coloridos, brinquedos, tatames e moveis de cordo com a faixa etária, sala de leitura, recursos audiovisuais e tecnológicos, ilustrações de temas infantis; *playgrounds*, espaço lúdico e jardim sensorial.

Observa-se que embora a maioria das instituições afirmaram possuir espaços que asseguram a “beleza”, observou-se que a descrição desses espaços não condiz com as orientações previstas no PNPI para atendimento da criança de 00 a 06 anos.

Considerando o disposto no Plano Nacional da Primeira Infância, foram destacados os seguintes desafios da instituição para cumpri-lo integralmente:

- Adesão das famílias e permanência dos atendidos;
- Integração das parcerias - IES/Escola/Saúde/Família;
- Investimentos para a contratação e especialização de profissionais, a fim de priorizar o atendimento e realizar o acompanhamento efetivo dos núcleos familiares;
- Qualificação dos profissionais visando o aprofundamento da base de conhecimentos, aperfeiçoamento de qualidades e habilidades técnicas e cognitivas no desenvolvimento da prática junto à criança;

- Manutenção do quadro de colaboradores, evitando a rotatividade e diminuição da carga burocrática quanto ao preenchimento de papéis;
- Articulação com as demais redes de apoio intersetorial e dos órgãos do sistema de garantias de direitos;
- Alinhamento de todos os setores envolvidos, com atendimento qualitativo e quantitativo, contando com recursos estruturais e humanos;
- Insuficiência de recursos e precariedade da rede pública de atendimento em saúde infantil;
- Cumprimento integral do que dispõe o Plano Nacional da Primeira Infância, com os recursos disponíveis, investimentos na formação dos profissionais e sua quantidade, incluindo recursos estaduais e federais;
- Discussão sobre os desafios e melhores práticas das políticas públicas para a primeira infância, de modo a ajudar na formulação de programas mais eficientes e que beneficiem as famílias mais vulneráveis;
 - Divulgação e amplo acesso ao PMPI;
 - Espaços físicos adequados e com acessibilidade;
 - Capacitação continuada da equipe para atendimento a primeira infância, em especial para aquelas com deficiência, traços, transtornos e doenças mentais e psicológicas.

Todas as informações coletadas subsidiaram a construção das propostas deste o PMPI (2024 - 2034).

5. PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

5.1. Objetivos

5.1.1 Geral

Orientar as ações do governo municipal e de todo o SGD para assegurar os direitos da primeira infância.

5.1.2 Específicos

a) Estabelecer metas e compromissos públicos e privados na permanente construção da cidade ideal para a qualidade de vida na primeira infância;



- b) Assegurar que as propostas previstas no Plano de Ação sejam executadas;
- c) Garantir a permanente participação da criança na elaboração de políticas públicas;
- d) Monitorar e avaliar a execução do presente Plano.

5.2. Princípios e diretrizes

O PMPI de Franca é permeado por três importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança, a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança e a participação social das crianças na elaboração das propostas.

A prioridade absoluta da criança, como já visto, está disposta no art. 227 da Constituição Federal, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º:

“A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

No art. 227 da CF, também está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Tal princípio, só será alcançado por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do Estado, da sociedade, das famílias, das organizações da sociedade civil e do setor privado.

Portanto, as metas e estratégias aqui estipuladas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança.

A participação da criança na elaboração do PMPI consiste na inclusão e na escuta das crianças no processo, atendendo ao seu direito de participar daquilo que lhes diz respeito, como afirma o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança, da ONU:

Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando- -se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.



O direito à participação fundamenta-se na concepção de que a criança é sujeito, não objeto. Sabe-se agora que a criança não é passiva, mas participa, por diferentes formas, do que se passa ao seu redor e do que acontece com ela, pois tem percepções, sentimentos, ideias sobre o que a cerca.

5.3. Metodologia

5.3.1. Percurso metodológico de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI

A proposta metodológica desenvolvida para elaboração do PMPI, iniciada em 2022 e finalizada no primeiro semestre de 2024, teve seu objeto de estudo configurado em três dimensões:

- Análise do conteúdo e dos fundamentos do Plano Nacional pela Primeira Infância, das normativas nacionais acerca do tema e das principais produções teóricas sobre os primeiros seis anos de vida da criança;
- Coleta e análise de informações e dados relativos à situação de crianças na primeira infância no Município;
- Estudo, elaboração e aplicação de atividades participativas junto às crianças e seus familiares, selecionadas intencionalmente, abrangendo as cinco regiões da cidade de Franca.

Para elaboração e análise do conteúdo e dos fundamentos do PMPI, o Comitê Municipal Intersetorial realizou ampla revisão documental e bibliográfica sobre a primeira infância incluindo entre outros, as orientações publicadas pela UNICEF para elaboração do PMPI, consultas a planos já elaborados por outros municípios do estado de São Paulo e demais estados brasileiros, fontes primárias e secundárias, questões debatidas e definidas durante as reuniões regulares desse grupo de trabalho, cujos resultados são apresentados na Parte I deste plano. Também dados referenciados na realidade empírica, analisando e problematizando a construção e a garantia dos direitos humanos de crianças na sociedade brasileira.

Compõe ainda a primeira parte do plano, as informações colhidas junto a rede pública e privada de atendimento à criança, cujos registros encontram-se analisados e descritos no item 4.6 deste documento.



Além das análises bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa participativa junto às crianças e seus familiares nos diversos espaços por elas ocupados, conforme descrito a seguir.

O processo de escuta das crianças foi uma etapa importante na construção do PMPI. Os resultados apresentados derivam de uma análise realizada pelos componentes do Comitê Municipal Intersetorial que se dividiu em subgrupo temáticos para analisar o material produzido durante a escuta das crianças e seus familiares, fazendo um compilado de tudo que foi colhido, a partir da concepção de que são sujeitos participativos e agentes sociais com capacidade de gerar ideias e propostas, mediante desenhos, narrativas, expressões e redações, as quais foram exploradas e registradas na Parte II deste PMPI.

Optar pela participação da criança na construção de propostas para o PMPI, foi uma maneira de assumir que elas possuem conhecimento e poder de decisão, daí a importância de dar voz a elas, por diferentes maneiras e diversas linguagens.

Nesse sentido, o desenvolvimento do processo de escuta com a participação das crianças, exigiu pensar e planejar a atividade utilizando-se de métodos que levaram em conta as faixas etárias das crianças e os locais onde elas eram atendidas e acolhidas. Assim sendo, as áreas escolhidas para a escuta foram: Educação (creches, pré-escolas e primeiro ano do ensino fundamental), Saúde (Unidades Básica de Saúde - UBS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Ambulatório de Criança de Alto Risco - ACAR) e Assistência Social (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos), com aplicação da mesma metodologia e instrumentos nos diversos espaços de vivência das crianças.

No planejamento desta atividade foram realizados 2 (dois) encontros do Comitê Municipal Intersetorial, sendo 1 (um) envolvendo o Comitê Ampliado, onde foi discutida e apresentada a proposta para a realização da escuta. O segundo encontro contou apenas com o Comitê Municipal Intersetorial, momento em que foi discutida e definida a metodologia. Após esses encontros foram realizados treinamentos das equipes que desenvolveram a atividade, nos dias 14 e 17 de agosto de 2023, ocasião em que foram estabelecidos os cronogramas das escutas pelas áreas mencionadas.

Assim sendo, a metodologia aplicada teve como objetivo promover a escuta das crianças acerca do que pensam sobre a escola, creche, UBS, SCFV, entre outros espaços que compõem o bairro e a cidade em que vivem, contribuindo assim para a elaboração de políticas públicas para essa faixa etária.

Na atividade realizada pelos profissionais, as crianças foram provocadas a pensarem sobre como seria uma cidade ideal para crianças pequenas.



Levando em conta as faixas etárias, a Educação, a Saúde e a Assistência Social aplicaram essa atividade para mais de duas mil e quinhentas crianças de 2 e 6 anos.

A Educação trabalhou com as crianças de 02 e 03 anos o tema “*Como é a minha Creche*”. Os educadores propuseram as seguintes situações didáticas: organizaram as crianças para uma visita ao espaço da creche, chamando atenção para o que viam no entorno, o que gostavam, o que não gostavam e o que mudariam. A seguir fizeram uma roda de conversa para a coleta das observações realizadas pelas crianças, anotando suas falas. Em seguida foi solicitado que registrassem, com desenhos em folha de sulfite A3, o que mais gostavam na creche e no verso do papel o registro do que não gostavam de ver na instituição. Além disso, os profissionais também fizeram uma conversa com as crianças buscando identificar o que elas gostariam de ver na creche. Nessa etapa, as crianças foram divididas em pequenos grupos para os registros dessas percepções, cujos relatos foram sendo descritos brevemente pelos educadores.

Por meio de garatujas⁴⁹ e desenhos, as crianças de 02 e 03 anos se expressaram, trazendo sua imaginação, emoções, sentimentos e criatividade. Nesse sentido, optou-se por tabular todo material produzido por elas. Vale destacar que as garatujas estão presentes na forma dos pequenos se comunicar e expressar, pois são representações das vivências das crianças dessa faixa etária.

Com as crianças de 4 e 5 anos, o tema trabalhado foi “*Como é o meu bairro?*” No desenvolvimento dessa atividade, didaticamente, os educadores utilizaram-se da leitura do livro “*O Bairro de Marcelo de Ruth Rocha*”. Logo após, organizaram rodas de conversa retomando a leitura realizada, passando a questionar com os grupos os elementos presentes no bairro de Marcelo com a formulação das seguintes perguntas às crianças: “O bairro em que moram é parecido como do Marcelo?” “O que tem no seu bairro?” “O que mais gostariam de ver no bairro?” “O que gostariam que tivesse no bairro em que moram?” Assim, as crianças foram convidadas a construir o seu bairro, munidas de papel sulfite A3, dividida em duas partes, onde de um lado elas deveriam registrar o que mais gostavam e do outro lado, o que não gostavam no bairro. Esta estratégia também permitiu identificar o que mais as crianças gostariam de ver no bairro em que moravam, uma vez que foi solicitado que expressassem os aspectos de sua

⁴⁹ As garatujas são os primeiros grafismos e expressões criativas da criança. Elas costumam ocorrer entre o primeiro e o quarto ano de idade e começam no momento em que a criança consegue rabiscar com um lápis, giz ou caneta com firmeza.



vinculação e relação com os espaços onde moram. Na roda de conversa, os relatos também foram sendo registrados pelos educadores.

Com relação à faixa etária de 6 anos, pertencentes ao 1º ano do Ensino Fundamental, utilizou-se o tema: “*Como é a minha Cidade?*”. A atividade aplicada pelos educadores seguiu metodologicamente, algumas etapas: as crianças ouviram e leram trechos da música “*A cidade ideal*”, de Chico Buarque. Imediatamente, foi organizada uma roda de conversa para discutir o que seria uma cidade ideal, momento em que os educadores explicaram a importância das reflexões realizadas e que as ideias apresentadas seriam consideradas na elaboração de um documento com vistas à melhoria da cidade. Em seguida, as crianças foram convidadas a construir, coletivamente, um texto registrando os apontamentos realizados durante a roda de conversa, sendo entregue para cada criança um sulfite A4, momento em que elas foram orientadas a desenharem as propostas elencadas no texto coletivo.

Na área da Saúde (UBS e ACAR), utilizou-se de um cartaz onde foram apresentadas as seguintes perguntas: “O que gostariam de ver nesse espaço de saúde?” “O que mais gostam nesta Unidade?” A partir disso, as crianças também participaram expressando-se por meio de garatujas, contando com a observação dos profissionais que fizeram relatos das atividades desenvolvidas.

Na área da Assistência Social, nos coletivos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviu-se da mesma metodologia, em que foram explicados os objetivos da atividade, sendo realizado um circuito pelos espaços para que as crianças pudessem analisar calmamente o ambiente em que estavam.

Os registros ilustrativos foram analisados com base em representações de escritas e desenhos, em formas de garatujas desordenadas e ordenadas, símbolos que retratam brinquedos, jogos e brincadeiras. Segundo a teoria de Piaget⁵⁰ acerca do desenvolvimento do desenho e escrita durante as fases sensório-motor, as crianças desenhavam mais o que sabem, do que o que veem, desta maneira, é preciso saber analisar o que elas trazem durante os registros, pois estas representações estão interligadas por fatores além do desenvolvimento motor, mais cognitivo e social também.

⁵⁰ A Teoria Cognitiva de Piaget propõe que o desenvolvimento cognitivo não é explicado apenas pela ação de mecanismos inatos (como a maturação do sistema nervoso) ou pela experiência (física e social) do indivíduo, mas sim pela atuação conjunta desses fatores, organizados por um mecanismo interno de equilíbrio. De acordo com essa teoria, o desenvolvimento ocorre por meio da sucessão de quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. As idades em que diferentes pessoas atingem cada estágio podem variar, mas a ordem de sucessão dos estágios é constante. Cada estágio é caracterizado por novas estruturas, isto é, novas formas de compreender o mundo e agir sobre ele, que permanecem como subestruturas nos estágios posteriores.



Assim sendo, buscou com essa dinâmica, fazer o exercício de ver a cidade e os espaços de atendimento das crianças, como as escolas, as creches, e demais locais onde se realizou a escuta, os saberes e a vida a partir do olhar infantil, buscando conhecer esses espaços com elas.

5.4 Plano de Ação

Na leitura e análise do material produzido pelas crianças optou-se por categorizar os desenhos e separá-los de acordo com os temas a seguir:

- *A Criança e o Brincar: Cidade Divertida - o brincar e o lúdico.* Neste tema foram incluídos todos os aspectos relativos ao brincar, sendo determinante as menções relacionadas a esta temática. Muitas crianças disseram que uma cidade ideal precisa ter espaços para diversão, ter árvores, flores, ambientes coloridos ou seja, a cidade precisa ser arborizada e divertida. Além disso esses espaços precisam ser mantidos limpos e em funcionamento. É importante destacar que em muitos bairros onde elas residem não têm espaços públicos para as brincadeiras, o que sugere que as políticas públicas de Meio Ambiente e Infraestrutura, Cultura, Esporte e Lazer etc., precisam incluir no planejamento a oferta de espaços de entretenimento e do brincar.

- *A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente: cuidar e preservar.* Considerou-se também a questão do brincar, dos animais, do lixo, entre outros aspectos relativos ao Meio Ambiente, sendo consideradas as diversas manifestações trazidas pelas crianças. Disseram que a cidade precisa cuidar melhor dos animais pois não gostam de vê-los abandonados e maltratados, portanto, é preciso dar mais proteção a eles. Outro aspecto citado que chamou muita a atenção dos membros do Comitê, foi a questão do lixo, mencionado por muitas crianças, demonstrando grande inquietação com este problema. Se destacaram na fala das crianças a falta de espaços públicos que acolham suas brincadeiras e do cuidado e respeito que se deve ter com o meio ambiente e com os animais.

- *A Criança e a Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação - do básico ao acesso prazeroso da diversidade ofertada pelo mercado alimentício.* Foram incluídos mercados e supermercados, sorveterias, padarias, restaurantes, docerias, pizzarias, casa de carne, entre outros lugares que foram citados pelas crianças, os quais foram considerados como categorias relativas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao analisar as narrativas, observou-se que esses locais representam para elas não apenas o acesso ao alimento, mas também um local de passeio e entretenimento.



- *A Criança e a Educação: Educação para todos - criança, família e aprendizado.* Considerou-se que no Município a Educação Infantil atua no sentido de atender à demanda estabelecida pela Política Nacional e Municipal de Educação. Levou-se em conta as propostas mencionadas sobre as melhorias que esses espaços podem oferecer.

- *A Criança e a Saúde: Direito da proteção à vida e à saúde.* Foram agrupados vários apontamentos das crianças dizendo da necessidade de Franca ter “mais hospitais, médicos, atendimento humanizado e valoroso”. Também disseram “não gostar de ir à UBS, à farmácia, ao médico, e ter medo de escorpião, do mosquito da dengue, de cobra e outros animais peçonhentos ou venenosos, como aranhas, baratas, ratos, abelhas”, etc., demonstrando preocupação com a questão sanitária. Importante destacar que muitos acidentes na primeira infância são provocados por animais peçonhentos ou venenosos, sendo esta uma grave adversidade à saúde pública. Com relação a esta questão é essencial prever estratégias de prevenção dos acidentes, de acordo com cada faixa etária, buscando a redução da morbimortalidade ou outros agravos dessa natureza.

- *A Criança, a Cultura, Esporte e Lazer: Direito à Cultura, Esporte e Lazer.* Muitas crianças falaram da necessidade de se oferecer para elas diversos tipos de atividades esportivas, sugerindo que a cidade precisa de mais campo de futebol, basquete, vôlei, patinete, pista de skate e de bicicleta, pista para carrinho de rolimã, academia ao ar livre, entre outros. Os equipamentos de lazer são considerados bens públicos de grande importância social, por cumprirem não apenas uma função estética no conjunto da cidade, mas também por possibilitarem diferentes formas de entretenimento e lazer. Assim, as praças, ruas, pista de skate, campos de futebol e ginásios são espaços coletivos de lazer que desempenham importante papel na qualidade de vida das crianças e população em geral. A ausência ou a precariedade desses locais tem efeitos negativos nas formas de convivência social e resulta na reclusão das crianças que buscam outras formas de se divertirem que não são benéficas, como a TV, internet, jogos no celular, entre outras meios. Isso acontece porque os equipamentos e os espaços de lazer não são entendidos como fundamentais e não são suficientes para o acesso desse público. Os espaços como lojas de presentes, de brinquedos, de roupas e sapatos, *shopping* e comércio em geral, foram citados como locais que são acessados para passeios. Mais uma vez, observou-se a falta de oportunidades e locais apropriados para entretenimento e para o brincar, os quais são substituídos por outros lugares que conseguem acessar.



- *A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças: Proteção x Violência.* Esta temática vem ganhando cada vez mais espaço, tanto pelo seu agravamento atualmente, quanto por sua interferência na vida cotidiana dos indivíduos e famílias. Trata-se, portanto, de um fenômeno real, complexo e multifacetado que assume configurações específicas na sociedade capitalista, as quais tem sido objeto de frequentes intervenções do Estado por meio de políticas públicas, especialmente para as chamadas “violência urbana” e “violência doméstica”, exigindo mais atenção e compreensão sobre o tema, mas sobretudo com propostas interventivas. As crianças trouxeram preocupações relacionadas a “briga de vizinhos, xingamentos, palavrões, maldade, pessoas ruins”, entre outros aspectos, sendo indicadores para reflexão e intervenção.

- *A Criança, a Assistência Social e a Convivência Familiar e Comunitária.* Considerou-se a importância que a família tem na vida dessas crianças. A convivência familiar e comunitária foi percebida como algo essencial para esse ciclo etário. A família e a comunidade são espaços de referência, proteção e socialização dos indivíduos, são fontes de carinho e cuidado. É onde as crianças se apoiam e desenvolve o sentimento de pertencimento e socialização. Nas expressões trazidas por elas, observou-se a forte presença da família, da casa e dos amigos, reforçando a importância da convivência para o seu desenvolvimento.

- *A criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação: Direitos transversais.* Incluiu-se neste grupo várias questões em relação ao transporte, regras de trânsito e a segurança nas ruas, nas escolas, creches, moradias, manutenção da iluminação e da pavimentação. Aspectos estes, que na visão das crianças, ampliam a sensação de segurança na cidade, proporcionando mais conforto para elas e seus familiares.

- *A Criança e as Redes Sociais: Mídias Sociais e Telas Digitais.* Neste tema, algumas crianças expressaram gostar de gravar vídeos, de jogar através da internet, *videogame* e de ver TV. É imperioso ressaltar que o uso precoce de mídia social pode acarretar problemas cognitivos, como déficit de atenção, depressão, ansiedade, entre outros danos e resultar em grandes prejuízos sociais no desenvolvimento e desempenho escolar da criança. Assim sendo, este tema traz um alerta sobre o uso das redes sociais e como elas podem afetar a vida de uma criança e ser viciante como qualquer outra dependência.

- *Formação Continuada: Atendimento qualificado.* Teve como destaque a importância de investimento na educação permanente e capacitação dos profissionais que atuam nas diferentes políticas públicas voltadas para as crianças de zero a seis anos. Portanto, buscou-se



a preparação e qualificação profissional enquanto uma estratégia que visa contribuir com o processo de desenvolvimento da criança.

- *Articulação Intersetorial.* Destacou-se a importância da integração entre as diversas Políticas Públicas, o Sistema de Garantia de Direitos e a comunidade para promover o fortalecimento das famílias, devendo ser organizada como uma rede de apoio nos territórios, sobretudo para as famílias com diferentes graus de vulnerabilidade social. Esta temática inserida no PMPI dada a sua relevância para o atendimento deste público está prevista no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca e no Plano Nacional pela Primeira Infância.

- *Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.* Foi contemplada a necessidade de envolvimento das diversas instâncias a fim de prever recursos orçamentários para implementar e efetivar as ações do PMPI. Também se fez necessário o comprometimento em relação ao processo de avaliação e monitoramento do referido plano, indicando responsáveis das áreas pelo seu acompanhamento.

Já o período de escuta das famílias foi concomitante ao das crianças. Utilizou-se uma dinâmica diferente daquela aplicada junto a elas. Os profissionais apresentaram a proposta e os objetivos da atividade, explicando a importância da participação das crianças e famílias na construção do PMPI, expondo tratar-se de um instrumento em defesa dos direitos da primeira infância.

As famílias foram ouvidas a partir de grupos compostos de 3 a 4 pessoas e/ou responsáveis com apresentação de uma questão norteadora “*No olhar de adulto e pensando na criança, o que espera que os locais de atendimento ofereçam?*” “*Como esse espaço/local precisa ser para que seja acolhedor, bonito, legal, bom para passear, brincar, estudar, frequentar, se sentir protegido, etc.?*”, sendo provocadas a pensarem sobre como seria uma cidade ideal para as crianças na primeira infância.

As unidades de atendimento utilizaram-se de um vídeo explicativo sobre o PMPI, mostrando a importância e o significado deste documento. Em seguida solicitaram aos integrantes discutirem nos grupos as propostas para o PMPI, as quais foram registradas e trazidas para análise do Comitê. As sugestões compiladas estão incluídas no quadro de propostas, uma vez que muitas delas convergiram com as indicações das crianças.

Finalizando, como complemento ao PMPI e sobretudo valorizando a participação das crianças no processo de escuta, foram elaboradas cartilhas organizadas em 3 (três) volumes que



expressaram as propostas trazidas pelas crianças e famílias, demonstrando sua criticidade, capacidade e criatividade.

O volume 1 é composto por produções de crianças de 02 e 03 anos de idade atendidas nas creches, o volume 2 sintetiza o trabalho das crianças de 04 a 05 anos e o volume 03 contempla as percepções das crianças de 6 anos. Estes documentos integrarão como anexos, o Plano Municipal da Primeira Infância como registro vivo da experiência e riqueza do processo de construção do Plano.

5.4.1. Propostas - A Criança, o lúdico e o brincar

O brincar é a primeira linguagem da criança. Conforme os desejos apontados na escuta realizada com as crianças, envolve a oferta de parques de diversão com balanço, escorregador, pula-pula, gangorra, tobogã, gira-gira, quadra de areia, piscina de bolinha, casa na árvore, casa de boneca, área com muito verde, árvores, flores, assim como os ambientes coloridos e com muitos brinquedos como boneca, caminhão, carrinho, entre outros espaços de entretenimento como pracinhas e jardins com espaços para brincar e correr, andar de bicicletas, etc. *“Eu gosto de brincar de escorregar, brincar no parquinho...Gosto de brincar de carrinho e correr”*. (Bryan, 4 anos; Valentina, 3 anos; Théo Nicolas, 3 anos). *“Queria um parquinho com um castelo bem grande”*. (Maria Julia, 5 anos). *“Queria areia para brincar e fazer castelo, bastante balanços pra gente voar, uma fazenda com bichos: tartaruga, patos, uma girafa, coelhos, porco”*. (João, 5 anos).

O brincar foi um aspecto determinante na escuta realizada, sendo mencionado por 912 crianças. O brincar se apresenta por meio de diversas características e por diferentes crianças como um ato essencial à vida delas. Assim, ao analisar o material produzido, procurou-se compreender os significados que esta ação tem, que finalidades atribuem e o que o universo do brincar e do lúdico representa para a criança. Foi identificado que são inúmeras as atividades que promovem a diversão, o prazer e a imaginação desse ciclo etário.

Tais manifestações coadunam com os desejos dos pais e responsáveis que mencionaram a importância de os espaços possuírem infraestrutura adequada com ambientes acolhedores, tranquilos, organizados com espaços de entretenimento, coloridos, com brinquedos adequados e diversos. Os equipamentos também devem ser confortáveis e adequados à faixa etária. As



unidades de atendimento devem ser limpas, iluminadas, arejadas e decoradas de forma agradável, com cores vivas e atraentes, bem como deverão considerar a oferta de acessibilidade para garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Pelo que foi analisado, a praça foi considerada um ambiente de continuação do lar, um espaço coletivo para brincar, para o lazer, um espaço saudável para induzir a criatividade, favorecer a felicidade e, portanto, deve ser um local adequado e seguro para crianças frequentarem, pois possuem grande significado, sendo parte de pertencimento da vida de toda criança, uma vez que elas se apropriam desses espaços por pertencerem a elas. *“Gosto muito do meu bairro e da minha casa, tem uma pracinha linda lá perto”*. (Leticia, 6 anos).

Outras manifestações apontaram que a criança sente necessidade de interagir com a realidade em sua volta, é curiosa e busca descobrir o mundo. Foram 175 menções de meninos e meninas que disseram gostar de ir às *“lojas de presentes, brinquedos, sapatos, flores, livrarias e shopping”*. *“Eu gosto de loja de brinquedos, queria que tivesse mais”* (Laura, 5 anos). Observou-se que as crianças têm prazer em acompanhar a família nas atividades de compras e consideram como momentos de passeio, lazer e recreação, especialmente quando vão ao *shopping* ou quando vão às lojas de presentes e brinquedos.

Considerando o que as crianças trouxeram como necessidades, bem como as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros documentos aqui utilizados como referência, apresentam-se as seguintes propostas para o presente Plano.



Quadro 9 - A criança, o lúdico e o brincar

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Oferecer espaços lúdicos em todos os locais de atendimento à criança de 0 a 6 anos, de forma a atender às demandas da infância, garantindo uma acolhida lúdica que contribua para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e psicomotor.	Instalar espaços lúdicos em 100% das instituições públicas e privadas até 2030.	A partir de 2024 e de forma contínua.	Número de instituições que criaram espaços lúdicos no atendimento à criança de 0 a 6 anos.	100% até 2034.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
02	Instituir espaços lúdicos e protegidos para crianças vítimas ou testemunhas de violência em que são atendidas, conforme prevê o Projeto de Lei 2.314 de 2020.	Criar espaços lúdicos e adaptados à sua condição peculiar de desenvolvimento em 100% das instituições destinadas às políticas de atendimento à criança vítima de violência.	A partir de 2024.	Número de instituições de atendimento de crianças vítimas de violência com espaços lúdicos criados.	100% até 2034.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.



03	Tornar lúdico e adaptado os espaços de atendimento de crianças de 0 a 06 anos com deficiência.	Tornar lúdico e adaptado os espaços gradativamente, atingindo 100% até 2034;	A partir de 2025.	Percentual de crianças com deficiência atendidas anualmente.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
04	Garantir orçamento em todas as áreas para aquisição de materiais lúdicos, acessíveis e diversos.	Incluir nos orçamentos públicos e privados a aquisição de brinquedos, materiais, livros, jogos e equipamentos diversificados e acessíveis.	A partir de 2025.	Orçamento garantido; Compras efetivadas; Espaços do “brincar” mantidos e adequados em todas as áreas.	Contínuo.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
05	Realizar anualmente, campanhas de informação e sensibilização da sociedade, em especial das famílias e comunidades, sobre o direito e a importância do brincar.	Promover campanhas, ao menos uma vez ao ano.	A partir de 2025.	Campanha realizada.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
06	Ampliar, adaptar, adequar e manter locais do “brincar” nos territórios de moradia, nos parques, praças, áreas livres, verdes e limpas.	Realizar continuamente adaptações, adequações e manutenção das praças, áreas	A partir de 2024.	Número de praças e outros locais de entretenimento com manutenção e adequações;	Contínuo.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Infraestrutura e FEAC.



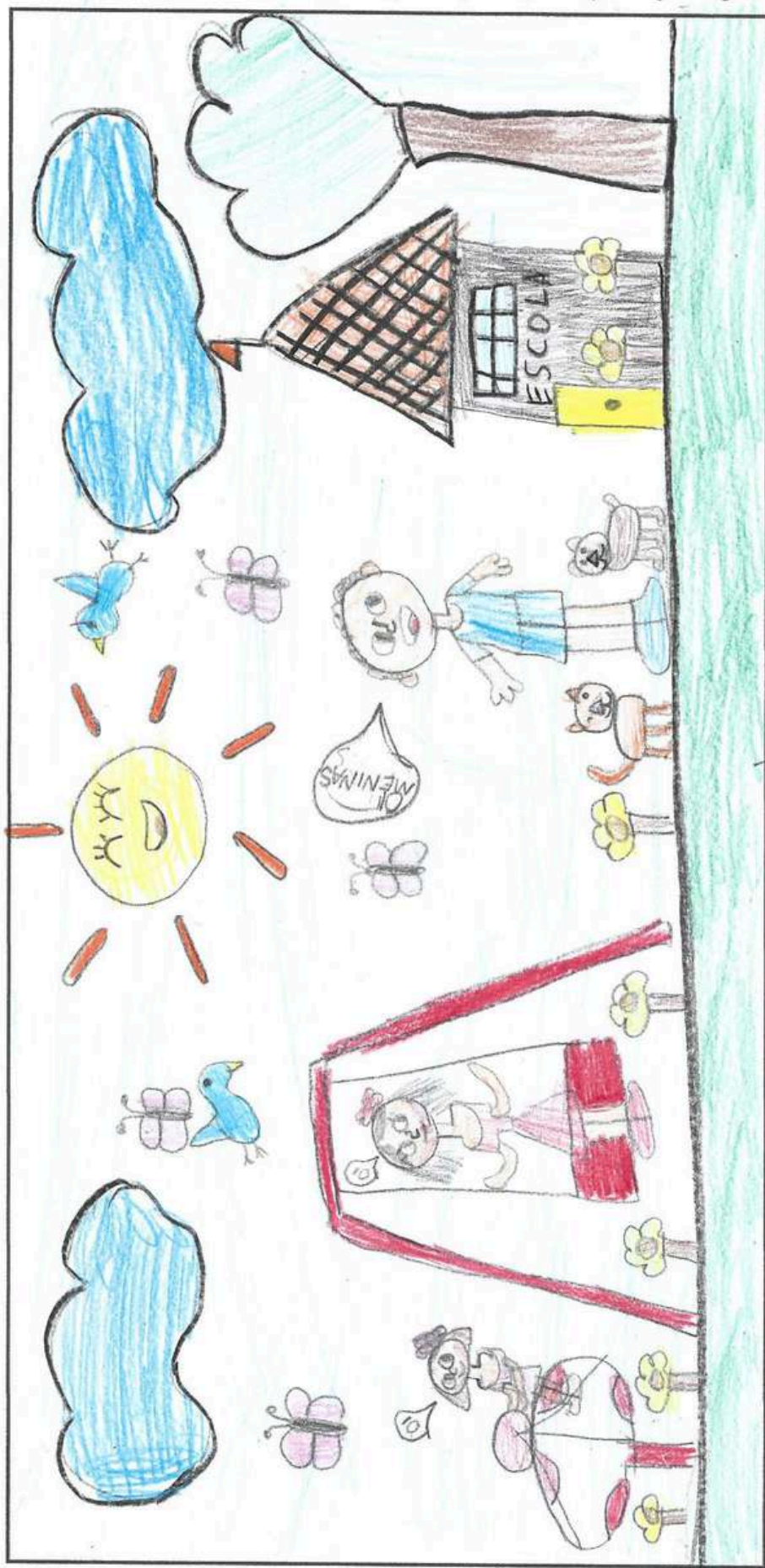
		<p>verdes, bancos e mesas, lixeiras, brinquedos, parquinhos infantis e áreas para ciclismo;</p> <p>Estimular a frequência das famílias e crianças nos parques públicos;</p> <p>Realizar campanhas socioeducativas para cuidado e conservação dos locais do brincar.</p>		<p>Crianças utilizando-se das praças para o brincar.</p>	
07	<p>Identificar espaços para instalação e manutenção de brinquedotecas nas comunidades de baixo poder aquisitivo.</p>	<p>Criar um projeto para instalação e manutenção de brinquedotecas nos territórios, em parcerias com as OSC's e empresariado;</p> <p>Incentivar a doação de brinquedos pela comunidade e empresariado.</p>	<p>A partir de 2025.</p>	<p>Projeto elaborado;</p> <p>Número de brinquedotecas instaladas e em funcionamento;</p> <p>Parcerias realizadas com a comunidade e empresariado.</p>	<p>De 2025 a 2034.</p> <p>Administração Pública Municipal, OSCs e iniciativa privada.</p>



08	Disponibilizar espaços lúdicos de atividade chão livre.	Adaptar os espaços para a criança pequena brincar, a exemplo de amarelinha, mesa de xadrez, tabuleiro, dama etc.	Adaptar pelo menos dois locais ao ano, a partir de 2025.	Espaços lúdicos adaptados.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente.
09	Incentivar, nas Unidades de atendimento, a criação de espaços com a presença de animais.	Composição de Comissão para estudo de um Plano de Inclusão de animais nos espaços de atendimento.	A partir de 2026.	Projeto elaborado até 2026. Número de Unidades com espaços para animais.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Saúde e Meio Ambiente.
10	Instituir a “Semana Municipal do Brincar”.	Propor Projeto de Lei para instituição da Semana Municipal do Brincar; Programar atividades lúdicas na cidade na semana do “Brincar”; Realizar atividades de orientação e educação sobre a importância do brincar no de-	A partir de 2025.	Projeto de Lei elaborado; Atividades sendo programadas e realizadas; Secretarias Municipais integradas e realizando atividades conjuntamente.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.



envolvimento global infantil, envolvendo sobretudo a comunidade e as famílias.



5.4.2 Propostas - A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente

Muitas foram as manifestações das crianças e inquietação sobre aspectos relativos à natureza e o meio ambiente, sendo 906 menções envolvendo uma diversidade de questões, tais como: lixo, entulhos, terrenos baldios, falta de lixeiras, o problema das queimadas, da poluição e da fumaça, de som e música alta; buzinação dos carros e fábrica que solta fumaça; casas abandonadas, ruas com matos e muros pixados, animais nas ruas e abandonados. Dentre os aspectos citados estão a necessidade de cuidar melhor da água, mantendo-a limpa e potável para humanos e animais, de se ter educação ambiental e menos desmatamento. Falaram ainda da importância de não cortar árvores e sim manter a cidade arborizada e florida, respeitando a natureza, além de se plantar e manter na cidade árvores frutíferas.

Destacou-se, portanto, a preocupação das crianças com a poluição do ar, do solo e da água, com o problema do lixo, com as queimadas e da necessidade de se manter a cidade bonita e saudável, conforme se observa nesta frase: *“A natureza é muito importante, sem ela nós não respiramos bem, seria cheia de árvores, plantas e grama, com muitos animais como cavalo, cachorro, gato, porquinhos e burros”*. (Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos). Para elas uma cidade ideal precisa de *“[...] água limpinha para os humanos, animais e plantas, além de usar para lavar o que está sujo, ninguém iria poluir ou deixar lixo nos terrenos, o mosquito da dengue nem existiria”*, (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos).

Para os pais e responsáveis a preservação da natureza também foi citada como essencial, destacando a manutenção das áreas verdes e floridas com sombras, arborização com plantio de árvores, instalação de mesas e bancos com a higienização delas. E para garantir esta preservação, sugeriram a realização de campanhas de conscientização sobre a separação e reciclagem do lixo e a economia de água.

Algumas frases citadas pelas crianças demonstraram a preocupação com o meio ambiente: *“Nossa cidade é muito boa pra se viver, mas, existem alguns problemas que precisam ser resolvidos, como animais soltos nas ruas, asfalto cheio de buracos, lixo jogado nos terrenos, queimadas e trânsito perigoso”* (Produção coletiva, 1º ano, alunos de 6 anos). Outras frases similares apontaram olhares críticos das crianças em relação ao lixo *“Não gosto de sair na rua para brincar com minha irmã e ver sujeira”*. (Adryana, 4 anos); *“Não gosto do esgoto e cheiro ruim”*. (Ana Luisa, 4 anos). *“Não gosto da sujeira existente nas ruas, porque ficam feias.”* (Bárbara, 6 anos)



Outras necessidades também foram sendo apontadas pelas crianças como ideal para elas, dizendo que a cidade precisa de *“bosque, aquário, pet shopping para animais, zoológico com pássaros, e hospital veterinário”*, conforme diz esta frase *“Gostaria que tivesse um aquário municipal com uma diversidade bem grande de peixes [...] onde as crianças pudessem praticar náutico para ver de perto os peixes”* (Produção Grupal, crianças de 3 e 4 anos). Semelhante a esta manifestação outro grupo formulou o seguinte desejo *“gostaria que tivessem praças com roda gigante e palhaços em todos os bairros da cidade e que todas as crianças brincassem sem ter que pagar.”* (Produção Grupal, crianças de 4 e 5 anos).

Observou-se ainda pelos desenhos e pelas falas trazidas através da atividade aplicada e das incursões realizadas nos espaços de vivência e no bairro, várias preocupações trazidas ao mencionarem que não gostam *“de presenciar animais abandonados, bravos, maltratados... não gostam de aranha, ratos, baratas, abelhas”*, conforme dizem estas crianças *“Não gosto de ver cachorros abandonados nas ruas”* (Geovana e Helena, 6 anos). *“[...] não gosto de animais magrinhos nas ruas. Os animais precisam de apoio, alimentação, veterinário, casinhas em espaços públicos”* (Heloisa, 5 anos) Outras frases semelhantes em que as crianças disseram que não gostam de ver no bairro foram *“dos buracos na minha rua, quando chove faz muito buraco não consigo andar de bicicleta”* (Allana, 6 anos); *“Do lado da minha casa tem um terreno, e o mato é grande, aí dá muito bicho, taturana...esses bichinhos”* (João, 6 anos) *“Dos lixos na rua, cheira muito mal, aí tem hora que os lixeiros esquecem e os cachorros levam tudo”* (Lorenzo, 6 anos). *“Pracinha sem brinquedo e com lixo”* (Manuela, 6 anos). *“[...] não gostam da quantidade de animais que andam pelas ruas sem os seus donos, ruas sujas e quando colocam fogo nos terrenos por conta da fumaça”* (Helena e Henrique, 6 e 7 anos).

Nesta perspectiva, ao analisar o material produzido, foi necessário juntar várias temáticas trazidas pelas crianças sobre o meio ambiente e suas interfaces, tais como a importância do cuidado com a natureza e o ecossistema, vida animal e recursos naturais. Esses conceitos são muito importantes para que os pequenos compreendam que tudo está conectado, e que ações invasivas podem comprometer estruturas e até mesmo o desenvolvimento de vidas. Assim, percebe-se que a educação ambiental deve se tornar uma prática constante na vida das crianças e dos adultos, sendo fundamental que a sustentabilidade também seja ensinada de forma prática.

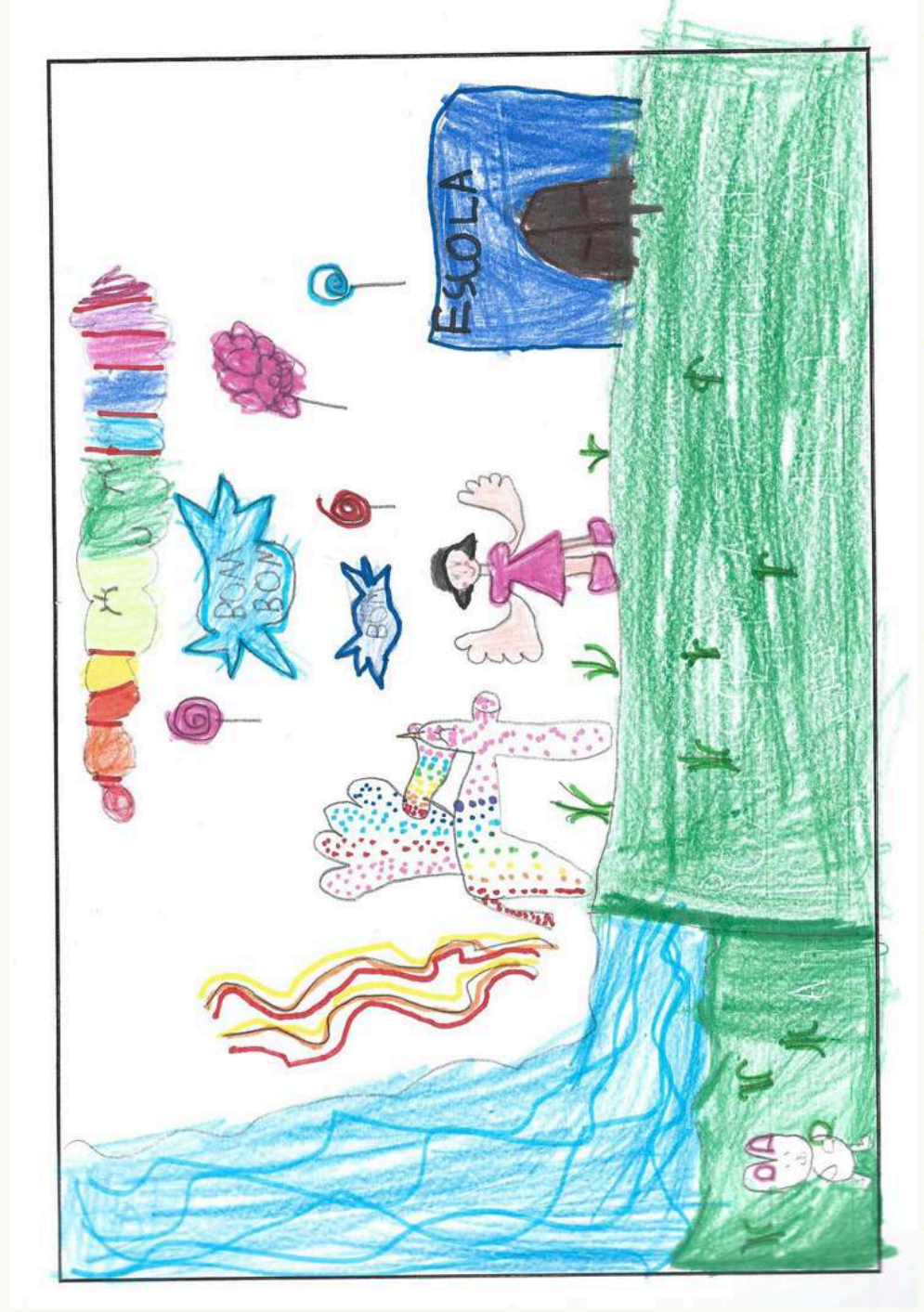


Quadro 10 - A criança, a Cidade e o Meio Ambiente

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Ampliar e manter áreas urbanas verdes e arborizadas.	Inserir no orçamento municipal recursos para as ações de ampliação e manutenção de áreas verdes;	A partir de 2025.	Recursos previstos na LOA;	De 2025 a 2034.	Secretaria de Meio Ambiente, Sociedade Civil e Empresariado.
		Captar recursos de outras esferas de governo ou organizações financiadora dessas ações;		Recursos captados com parcerias formalizadas;		
02	Realizar campanhas sobre educação ambiental (reciclagem de lixo, separação dos resíduos, uso responsável de energia elétrica, água, e recursos naturais, e outros).	Realizar campanhas educativas, anualmente.	A partir de 2025.	Quantidade de projetos/participações realizadas pela sociedade e empresariado.	Contínuo.	Secretaria de Meio Ambiente, Sociedade Civil e Empresariado.



03	Instalar bebedouros públicos em pontos estratégicos para garantir o acesso à água potável para pessoas e animais.	Instalação dos bebedouros em parques, praças, e outros ambientes públicos de forma gradativa.	A partir de 2024.	Número de bebedouros instalados.	Contínuo.	Secretaria de Meio Ambiente.
----	---	---	-------------------	----------------------------------	-----------	------------------------------



5.4.3 Propostas - A criança e a Segurança Alimentar e Nutricional

Foram 473 expressões trazidas pelas crianças envolvendo a questão da alimentação, partindo da realidade trazidas por elas, levando em conta os contextos econômico, social e cultural vivenciados, cujo entendimento e participação do consumo tem a ver com as relações sociais, uma vez que expressaram o gosto e o prazer de ir ao supermercado, à sorveteria, à pastelaria, à pizzaria, à padaria, à doceria, à casa de carne, ao restaurante, entre outros.

Na escuta das famílias ou responsáveis disseram que as opções de lanche e merenda escolar devem ser saudáveis, diversificadas e adequadas às crianças.

Observou-se que para além da necessidade da alimentação, o acesso a estes espaços possui forte representatividade para as crianças, pois entendem e participam do consumo familiar. Também se percebeu que a família exerce papel expressivo no processo de socialização e formação do perfil das crianças ao determinar normas e influenciar na formação dos gostos pessoais. Isso pode ser visto quando a maioria expressa que gosta de ir a esses locais acompanhados com a família.

O fato de as crianças terem mencionado aspectos relacionados à alimentação pode indicar a falta de acesso em quantidade e qualidade suficiente para si mesmas ou outrem, em consequência da desigualdade na distribuição da riqueza em nosso país, incluindo o Município de Franca. Chama atenção alguns relatos: *“Cidade abençoada onde ninguém passa fome e todo mundo é feliz”* (Carina, 4 anos); *“Que todas as famílias pudessem ir ao supermercado e fazer a compra do mês levando todos os itens necessários”* (Manoela, 5 anos); *“Gosto de muita coisa no meu bairro, mas adoro a sorveteria porque tem sorvete de várias cores”* (Maria Júlia, 6 anos). *“Para a cidade ser melhor seria importante, também, ajudar os moradores de rua e as pessoas que passam por dificuldades sem trabalho e sem ter o que comer”*. (Produção coletiva, 1º ano, alunos de 6 anos).

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de ações que contemplem não só a Segurança Alimentar e Nutricional básica, como também o acesso a outros alimentos socialmente consumidos. Importa salientar que as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, da Criança e do Adolescente e de Assistência Social indicaram ações que fortalecem esta proposta, incorporadas no quadro a seguir.



Quadro 11 - A Criança e a Segurança Alimentar e Nutricional

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Fortalecer a Política de Segurança Alimentar Municipal, priorizando as gestantes e famílias com crianças de zero a seis anos mais vulneráveis.	Atender, anualmente, 10% das famílias mais vulneráveis, priorizando aquelas em extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único.	A partir de 2024.	Alimentos sendo ofertados pelo Banco de Alimentos à 10% das famílias com crianças de 0 a 6 anos mais vulneráveis do Município.	Contínuo.	Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
02	Promover educação alimentar e nutricional.	Realizar pelo menos uma campanha anualmente sobre a importância da alimentação de qualidade, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural.	A partir de 2024.	Campanhas de educação alimentar e nutricional sendo realizadas anualmente.	Anual.	Política de Segurança Alimentar e Nutricional.



03	Realizar cursos, palestras, treinamentos entre outros eventos educativos, visando o combate ao desperdício, a manipulação adequada e aproveitamento das partes não convencionais dos alimentos.	Realizar quadrimestralmente as ações de combate ao desperdício, manipulação adequada dos alimentos.	A partir de 2024	Número de ações executadas; Número de participantes nas ações.	Quadrimestral	Segurança Alimentar e Nutricional.
04	Instituir projetos de hortas para distribuir verduras e legumes às famílias com crianças até 6 anos de idade.	Destinar percentual de recursos do FMDCAF para financiamento dos projetos de hortas.	A partir de 2025.	Percentual de recursos destinados para os projetos de hortas; Percentual de famílias com crianças até 6 anos beneficiadas	Anual	CMDCAF E Parcerias
05	Campanhas permanentes de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional na rede pública de ensino.	Realizar campanhas sistemáticas de Educação Alimentar	A partir de 2025.	Número de Campanhas realizadas.	Anual.	Secretaria de Educação e Política de Segurança Alimentar e Nutricional



5.4.4 Propostas - A Criança e a Educação

O Plano Municipal de Educação (2015-2025), estabelece como meta 1 a universalização do atendimento escolar das crianças de 4 a 5 anos em 100% e, ampliação do atendimento em 50% nas creches, pode-se considerar que tal obrigatoriedade do atendimento das crianças na pré-escola, foi concretizado. O atendimento nas creches foi ampliado, atualmente são atendidos cerca de 80% da demanda existente para essa etapa. A demanda reprimida atual para Creche é de 898 vagas, enquanto na pré-escola o atendimento é de 100%. Vale elucidar que o município possui 453 vagas em aberta para Creche na rede de serviços, e neste momento estão iniciando as convocações.

Na escuta realizada com os pais e/ou responsáveis observou-se convergência com o que foi apontado pela Educação, uma vez que as famílias manifestaram a necessidade de mais vagas em creche nos territórios, biblioteca nas escolas e brinquedotecas.

O desafio que se impõe é a manutenção e ampliação da qualidade do atendimento educacional à primeira infância. Para a garantia da qualidade, a Secretaria da Educação realiza três vezes ao ano Avaliação Diagnóstica de Rede (inicial, acompanhamento e final) com o objetivo de coletar dados sobre a realidade educacional das escolas e creches para assim oferecer materiais e formações com foco nas necessidades dos professores e equipes que atuam na Rede Municipal de Educação e creches parceiras.

Com relação à escuta realizada com as crianças, ao analisar o material produzido, foram identificadas apenas 130 menções no âmbito da Educação, apresentando a necessidade de escolas de tempo integral, mais livros, brinquedoteca, salas de arte, laboratório de ciências e creches. É importante ressaltar que o município de Franca, possui uma rede de oferta na educação considerada dentro dos padrões de qualidade bastante satisfatória, com atendimento à demanda acima das previstas pelo Plano Nacional de Educação. Por isso mesmo registrou-se poucas demandas na escuta realizada tanto pelas crianças como pelas famílias.

O texto a seguir, elaborado por uma educadora, apresenta um resumo sobre o que seria uma cidade ideal no olhar das crianças: *“A CIDADE IDEAL: A minha cidade ideal seria muito legal. Teríamos todas as escolas com piscinas, com bom aprendizado e recreio mais prolongado e organizado. Não teria mais ladrão, as pessoas iam ter bom coração. Não teria mais poluição. Os animais não entrariam em extinção, nada de caçadores com mau coração. Cada família teria uma mansão, ninguém ficaria na rua sem proteção, pracinhas com piscinas, escoregadores infláveis, boias, teria músicas e animação. Os carros iriam voar e as leis de trânsito iam respeitar, teriam proteção porque se batessem ninguém iria se machucar. Teria*



um monte de bola e campo para poder jogar, se exercitar e onde todos podem participar. Todos os animais teriam donos, não seriam abandonados, maltratados e nem prejudicados. Nessa cidade ideal todo mundo gostaria de viver e ninguém ia sofrer.” (Alunos do 1º ano - Prof. Roseli, Escola Prof. Emilia de Paula Tarantelli)”



Quadro 12 - A Criança e a Educação

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Reordenar vagas para Creche e Pré Escola respeitando as demandas territoriais.	Avaliar as demandas territoriais e realizar a gestão de vagas em 30% anualmente.	De 2024 a 2034	Crianças sendo atendidas nos devidos territórios ou mais próximo possível de suas moradias; Equilíbrio entre vagas ofertadas e vagas ocupadas.	Até 2034	Secretaria Municipal de Educação
02	Ofertar educação infantil para crianças de 4 e 5 anos respeitando o previsto no Plano Nacional de Educação (2014-2024)	Garantir a permanência do atendimento de 100% na Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos com a universalização até 2024, conforme as metas do Plano Nacional de	Até 2024	Realizar a busca ativa dos alunos em situação de faltas injustificadas; Monitorar diariamente o sistema de Gestão; Realizar transferências para alunos de 4 e 5 anos para creches, quando houver vagas, conforme solicitado na Central de Vagas;	2024	Secretaria Municipal de Educação



		Educação (2014 - 2024)						
03	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.	100% dos alunos alfabetizados ao final dos 2º anos	De 2024 a 2034	3.545 Número de alunos atendidos na rede regular.	Anual	Secretaria Municipal de Educação		
04	Disponibilizar tecnologias educacionais e atualizadas para a alfabetização das crianças, de quatro a seis anos.	Possibilitar acesso às tecnologias a 100% das crianças.	100% de 2024 a 2034	100% das unidades de Educação Infantil com internet banda larga, wireless, tela de projeção e projetor multimídia, instalados.	Anual	Secretaria Municipal de Educação		
05	Ofertar atendimento educacional especializado (AEE), em salas de recursos multifuncionais, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência.	Equalizar acesso especializado a 100% das crianças com deficiência até 2030	10% em 2024 e 90% de 2025 a 2034.	Número de salas de recursos multifuncionais em funcionamento; Quantidade de alunos atendidos nas salas de recursos multifuncionais.	Anual	Secretaria Municipal de Educação		



06	Possibilitar acesso ao atendimento multidisciplinar com profissionais da área da Saúde e Educação, mediante parcerias com instituições públicas ou conveniadas.	Ampliar gradativamente o acesso ao atendimento multidisciplinar às Crianças com deficiência e com outros transtornos.	100% até 2034	Parcerias firmadas entre instituições privadas e Secretarias, bem como União, Estado e Município; Número de crianças sendo atendidas multidisciplinarmente.	Anual	Secretaria Municipal de Saúde.
07	Disponibilizar material escolar e pedagógico adaptado e/ou recursos de tecnologia assistiva, de acordo com as necessidades de cada aluno, garantindo alfabetização bilíngue e uso do Braille, entre outros.	Reduzir gradativamente as diferenças, com oferta de recursos de tecnologia assistiva e material às crianças com deficiência, considerando as suas especificidades.	100% até 2034	Número de crianças utilizando o material pedagógico adaptado e/ou recursos de tecnologia assistiva; Número de crianças alfabetizadas em Braille ou outra linguagem de sinais.		Secretaria Municipal de Educação
08	Desenvolver e implementar medidas de enfrentamento à	Dar condições de acesso e a perma-	Implementar gradativamente as medidas de	Número de crianças atendidas em suas necessidades educacionais específicas;	Anual.	Secretaria Municipal de Educação.



	<p>cultura de segregação escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e superdotação/altas habilidades.</p>	<p>nência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns desde a creche, com equidade de raça, gênero e territórios (educação do campo e territórios vulneráveis, entre outros); Garantir que as salas de recursos sejam multifuncionais, por meio de</p>	<p>inclusão, de 2024 a 2034.</p>	<p>Quantidade de espaços de lazer e sensoriais e recursos multifuncionais criados e em funcionamento.</p>		
--	---	---	----------------------------------	---	--	--



					repasses para a redução progressiva das salas de curso por área de deficiência, bem como investir em equipamentos para os respectivos ambientes; Criar áreas de lazer e espaços sociais para crianças com transgêneros no entorno do espectro autista.				
					Monitorar e avaliar anualmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar nas				
09	Realizar o monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar pelo Conselho de Alimentação Escolar.		A partir de 2024 atendendo 100% das unidades educacionais até 2034.	Número de Unidades Educacionais sendo acompanhadas, monitoradas e avaliadas.				Secretaria Municipal de Educação/Conselho de Alimentação Escolar.	



10	Remover barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, programáticas e atitudinais que impedem a permanência de crianças com deficiência em condições de igualdade com os demais.			creches e pré-escolas.	Adequação de 100% das unidades educacionais até 2034.		Número de Unidades Educacionais Adaptadas; Número de Unidades Educacionais com profissionais habilitados.	Anual	Secretaria Municipal de Educação
11	Promover campanhas educativas com foco na formação de uma cultura de prevenção de acidentes que envolva os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando, também, o papel da família.		Realizar uma campanha anual-mente.		De 2024 a 2030		Redução no número de acidentes domésticos e institucionais; Redução nas ocorrências de acidentes registradas e atendidas pelas unidades de Saúde, públicas e privadas.	Anual	Secretaria Municipal de Educação juntamente com as demais Secretarias municipais.
12	Realizar busca ativa das crianças vulneráveis visando		Elaborar Plano de Ação Estratégico		A partir de 2025		Número de crianças identificadas fora do atendimento;	Anual	Secretaria Municipal de Educação,



	romper com a exclusão escolar.	Intersetorial para realização da busca ativa e enfrentamento da exclusão escolar dos mais vulneráveis.		Número de crianças atendidas após a implementação do Plano.		SGD, Saúde, SEDAS, OSC.
13	Implantar, progressivamente e gradativamente o atendimento em período integral para as crianças de 0 a 6 anos.	20% de vagas criadas em regime integral a cada 2 anos, atingindo 100% em 2034.	2024 a 2034	Número de Escolas e Matrícula em período integral.	Anual	Secretaria Municipal de Educação.
14	Disponibilizar transporte e vagas no sistema de ensino para crianças da área rural.	100% do público inserido no sistema educacional até 2034.	2024 a 2034	Alunos que vivem no campo, frequentando escola e tendo transporte gratuito; Percentual de alunos identificados e inseridos no sistema educacional.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação e Transporte



15	Manter espaços nas creches, pré-escolas e escola de ensino fundamental com insu- mos e materiais lúdicos e de entretenimento, visando as- segurar o brincar.	Atender 100% das unidades escolares	A partir de 2024	Acompanhar as unidades de Educação Infantil se estão ofe- recendo com insumos e mate- riais lúdicos e de entreteni- mento.	Contínuo	Secretaria Muni- cipal de Educação.
----	--	-------------------------------------	------------------	---	----------	--



5.4.5 Propostas - A criança e a Saúde

Nos desenhos das crianças o atendimento à saúde foi expresso com ênfase em hospitais, farmácias, mais médicos, mais UBS, entre outros. *“Ah! Uma cidade ideal tem (...) hospitais e médicos que não deixariam os doentes esperando com dor e todos seriam muito respeitados”* Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos”.

Foram 99 falas de crianças, ora apontando a necessidade de *“mais hospitais, médicos, atendimento humanizado, valoroso, ora dizendo não gostar de ir à UBS, à farmácia, ao médico”*. Mencionaram ainda ter medo de *“escorpião, do mosquito da dengue, de cobra”* e outros animais peçonhentos ou venenosos e que *“não gostam e tem medo de aranhas, baratas, ratos, abelhas”*, etc. demonstrando preocupação com a questão sanitária; *“Tem mosquito da dengue que faz as pessoas ficarem doentes.* Produção Individual, aluno do 1º ano, 6 anos”. Importante destacar que muitos acidentes na primeira infância são provocados por animais peçonhentos ou venenosos, sendo esta uma grave adversidade à saúde pública. Com relação a esta questão é essencial prever estratégias de prevenção dos acidentes, de acordo com cada faixa etária, buscando a redução da morbimortalidade ou outros agravos dessa natureza.

Grande foi também a preocupação dos pais e responsáveis sobre a necessidade de mais médicos, medicamentos, atendimento humanizado e personalizado nas diversas especialidades, campanhas de vacinação, suporte psicológico e mais unidades de atendimento à saúde.



Quadro 13- A criança e a Saúde

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Assegurar a oferta dos programas e das estratégias de atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério na Rede de Atenção Primária à Saúde (APS).	Atender 95% das gestantes inseridas na rede SUS com no mínimo 6 consultas de pré-natal com início de até 12 semanas de gestação; Reduzir as taxas de mortalidade materna, perinatal e neonatal no município.	A partir de 2024.	Percentual de gestantes realizando pré-natal durante a gestação; Número de consultas puerperais mulheres que realizadas; Média de consultas de pré-natal por gestantes; Taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal no município; Redução dos índices de óbitos entre 20 e 34 anos.	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde; Hospitais Públicos e Privados.
02	Assegurar, o aumento da cobertura vacinal para crianças e mães.	Atingir 95% de cobertura vacinal das crianças anualmente;	A partir de 2024.	Percentual de crianças e mães vacinadas;	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde



	Complementar Saúde-vel no SUS e a Estratégia Amamenta e Ali-menta Brasil (EAAB).	mães a adoção das práti-cas de amamentação; Ampliar e qualificar o Banco de Leite Humano (BLH) e dos Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH), conforme a ne-cessidade.		Número de mães amamen-tando pelo menos 6 meses; 100% dos hospitais desen-volvendo ações de incen-tivo ao aleitamento ma-terno; Aumento da reserva de leite materno nos hospitais e uni-dades de coleta do leite.		
07	Assegurar o acesso e integrar as etapas da triagem neonatal con-templando os testes (deteção) necessários para recém-nascidos.	Manter o Programa Na-cional de Triagem Neo-natal (PNTN) previsto na Lei nº 14.154/2021; Garantir a efetivação de todas as etapas do Pro-grama à 100% dos re-cém-nascidos.	2024 a 2034	Redução e prevenção dos potenciais danos quanto ao crescimento e ao desenvol-vimento das crianças aco-metidas por deficiências, sequelas e óbitos; N° de crianças que realiza-ram os testes de triagem ne-onatal.	Contínuo	Secretaria Municipi-pal de Saúde e Rede Hospitalar



08	Viabilizar às crianças com doenças raras, o acesso ao tratamento.	Fornecer transporte para crianças com doenças raras e suas famílias.	A partir de 2025	Número de crianças e suas famílias com acesso ao transporte para tratamento dentro e fora do município; Tratamentos continuados e mantidos.	Contínuo.	Diretoria Regional de Saúde (DRS) e Secretaria Municipal de Saúde
09	Criar e disponibilizar serviços de telemedicina para ampliar o acesso ao tratamento e o acompanhamento de doenças raras, em virtude da especialização dos serviços.	Articular com a rede pactuada com o município a implantação de serviços de telemedicina; Disponibilizar serviços de telemedicina para tratamento e acompanhamento de doenças raras.	Serviço disponibilizado a partir de 2024	Número de crianças atendidas através de Telemedicina.	Contínuo.	Diretoria Regional de Saúde (DRS).
10	Estabelecer e Sistematizar o fluxo de notificação de atrasos na carteira de vacinação através dos serviços das	Planejar e instituir de forma conjunta um fluxo de notificação de atrasos na carteira de vacinação.;	A partir 2025	Fluxo de notificação efetivado e em pleno funcionamento; Elevação da cobertura de vacinação;	Contínuo.	Secretaria Municipal de Saúde, Educação e Ação Social



	<p>áreas de saúde, educação e assistência social, de forma que as três áreas atuem conjuntamente na estimulação à vacinação e a verificação do cumprimento do calendário vacinal pelos pais e/ou responsáveis.</p>	<p>Realizar campanhas de orientação e estímulo à vacinação; Acompanhamento da vacinação das crianças pelas Políticas envolvidas.</p>		<p>Aumento do Índice de condicionalidade do Programa Bolsa Família, da área da Saúde.</p>	
11	<p>Instituir no município o Programa de Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), prevista desde 2021, pelo Ministério da Saúde.</p>	<p>Ofertar ações articuladas com a Política de Segurança Alimentar, contribuindo com a melhoria da saúde de crianças e adolescentes; Reduzir em 20% ao ano, o crescimento da prevalência do sobrepeso e a obesidade infantojuvenil;</p>	<p>A partir de 2025</p>	<p>Programa de Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja) implantado e em funcionamento; Queda do % de crianças com desnutrição, sobrepeso e obesidade infantil.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>



13	Assegurar o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e pós-parto, conforme a Lei nº 11.108/2005 e ao Alojamento Conjunto, inclusive na rede privada.	Flexibilização da entrada e participação dos pais e acompanhantes; Promover ações de sensibilização do empregador para que pais tenha seus direitos garantidos.	A partir de 2024	Percentual de gestantes com permissão da presença de um acompanhante; Número de campanhas e Adesão das empresas na liberação dos pais para acompanhamento das gestantes ao pré-natal.	Contínuo	Diretoria Regional de Saúde (DRS) e rede conveniada e Particular
14	Ampliar a participação dos pais no acompanhamento da gestação e ao pré-natal, de forma a garantir uma gestação saudável para mãe e bebê.	Ampliar o acesso às ações de pré-natal do homem.	A partir de 2024	Número de pais realizando nas consultas de pré-natal do homem.	Anual	Secretaria Municipal de Saúde
15	Garantir diagnóstico e tratamento precoce para sífilis gestacional.	Realizar teste rápido na primeira consulta pré-natal;	A partir de 2024	Nº de diagnósticos de sífilis na gestação; % de tratamentos concluídos;	Anual	Secretaria Municipal de Saúde



17	<p>Promover ações que visem garantir a atenção em Saúde Bucal, para as gestantes, (Pré-Natal Odontológico) e crianças (Puericultura Odontológica) de forma a atender a Lei nº 13.257, de 2016, art. 14, parágrafos 2º, 3º e 4º.</p>	<p>Cobertura de atendimento em saúde bucal para as gestantes na atenção primária à saúde; Desenvolver ações permanentes de prevenção de saúde bucal nas escolas, creches e pré-escolas do município.</p>	<p>A partir de 2024</p>	<p>Percentual de escolas e creches envolvidas nas ações; Número de atendimentos realizados pela unidade odontológica móvel; Percentual de gestantes que realizaram consulta odontológica.</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde e Educação</p>
18	<p>Prevenir doenças por causa acidentais.</p>	<p>Implantar fluxo de notificação de internação que envolve acidentais com crianças de zero a seis anos; Realizar pelo menos duas campanhas educativas, informativas e de comunicação à população</p>	<p>A partir de 2025</p>	<p>Número de notificações por acidentais; Índices de incidência e prevalência de doenças sendo identificadas; Conhecer em 100% a incidência e prevalência de doenças por causas acidentais; Nº de campanhas realizadas</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>



		<p>ção, abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável.</p>				
<p>19</p>	<p>Implementar programas e ações intersetoriais de prevenção à gravidez precoce.</p>	<p>Realizar pelo menos duas campanhas educativas integrando as áreas de saúde, educação, ação social;</p> <p>Apoiar as jovens adolescentes com a oferta de orientações, oficinas e rodas de conversas, grupos operativos, fornecimento de medicamentos e insumos visando a prevenção à gravidez precoce.</p>	<p>A partir de 2024.</p>	<p>Número de campanhas realizadas;</p> <p>Redução no índice de gestantes adolescentes.</p>	<p>Anual</p>	<p>Secretaria de Educação, Saúde, Ação Social.</p>



5.4.6 Propostas - A Criança, a Cultura e o Esporte

Foram registradas 341 menções das crianças sobre a cultura, sendo incluídos cinema no bairro, teatro, shows, música, circo, museu, entre outros. Esta frase expressa a importância da cultura para elas: *“Gostaria que tivesse um espaço com aula de música com vários instrumentos e um professor bem bonzinho”* (grupo de crianças de 4 e 5 anos).

Com relação ao esporte foram citados a necessidade de ter mais campos de futebol, atividades esportivas para 0 a 6 anos, como basquete, vôlei, pista de *skate*, pista para andar de bicicleta, carrinho de rolimã. Outras falas similares expressaram que *“gostaria que tivesse uma quadra de areia para jogar futebol com os amigos do bairro”* (grupo de crianças de 4 e 5 anos). *“Para a cidade ser melhor gostaríamos (...) de áreas para praticar esportes e que as crianças pudessem fazer aulas de lutas, futebol e balé sem pagar nada”*. (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos). *“Eu gosto de ir no campinho, fazer caminhada na pista de caminhar e gosto de ir no parquinho e ir no mercado”*. (Valentina, 5 anos). *“Adoro o campo de futebol, onde brinco de bola com o meu pai, tem o parque onde gosto de fazer exercícios e amo a casa onde moro”* (Yasmin, 5 anos).

Algumas frases denotam a dimensão da cultura, do esporte e lazer para as crianças *“(...)Poderia ter um zoológico, áreas de lazer, cinema e teatro gratuitos pra eu e minha família irmos (...) Queria também internet gratuita nos bairros”*. (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos). Quando perguntado a elas o que gostariam de ver na cidade, elas apresentaram as seguintes propostas: *“mais quadras, basquete, futebol, vôlei”* (Caio Lucas e Helena, 6 anos). *“Tinha que ter 2 quadras porque sempre está lotada lá. Queria que tivesse mais parquinhos ao ar livre”* (Mariana, 6 anos).

Sobre o lazer foram mencionados também a necessidade de se oferecer mais ambientes como clube, parque aquático e de areia e piscinas. O lazer para a criança envolve brincadeiras ou jogos e deve garantir o prazer ou divertimento. O lazer, assim como o brincar e o esporte deve ser reconhecido como linguagem primordial da cultura da infância, pois a arte, a cultura e o brincar têm finalidade em si mesmos. Assim sendo, entende-se que os espaços de lazer podem auxiliar a criança a explorar o ambiente, a entender sobre a flexibilização de regras, de espaço, de tempo, de movimentos, de riscos, ampliando as habilidades básicas, além disso pode favorecer a participação e a convivência com outras crianças e com os adultos.

Os responsáveis também indicaram que a cidade precisa de atividades artísticas, culturais, recreativas e de lazer, o que requer a oferta de espaços e programações contínuas voltadas



para o público infantil, tais como: judô, balé, violão, música, futebol, basquete, além de cinema e teatro nos bairros. Disseram também sobre a importância de ter locais de esporte e recreação como quadras, campo de futebol, pista para andar de bicicletas e *skate*, praças com brinquedos (balanço, gangorra, escalada, escorregador, etc.), vindo ao encontro do que foi manifestado pelas crianças.

Outro aspecto que também precisa ser levado em conta é a segurança nos espaços de lazer, do brincar e de esportes. Muitas crianças expressaram o desejo de encontrar mais espaços de brincadeira na cidade, como praças, quadras de esporte, entre outros, além de reivindicar mais limpeza e segurança nesses locais.

Esta poesia elaborada pelas crianças com auxílio da professora, resume a vontade e o desejo delas, ao ser perguntado como seria uma cidade ideal “*Não existe o perfeito, mas ouvi de minha mãe, que o Prefeito, dá um jeito. É a voz da campeã, que acorda cedo toda manhã. Quero unidade básica no bairro, médico e atendimento valoroso, equipamentos adequados, para salvar o nosso povo. Parque e cinema, aqui na zona norte, pode ser uma praça, numa tela grande e forte. Nós crianças, precisamos de lazer, porque leitura e escrita, fazemos com prazer*” (Prof. Maria e alunos de 1º anos, Arthur Gabriel, Arthur Henrique, Bianca, Davi Gabriel, Davi Lucas, Emanuely, Emilly, Gabriel, Henrique, Isabela, João Gabriel, Lorena, Luan, Maria Luisa, Matheus, Pietra, Rayan, Sofia, 6 e 7 anos).



Quadro 14 - A Criança a Cultura, o Esporte e Lazer

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Ampliar nos territórios a oferta de atividades de cultura, esporte e lazer às crianças de 0 a 6 anos.	Descentralizar a oferta das atividades de cultura, lazer e esporte ampliando o acesso das crianças e 0 a 6 anos.	A partir de 2025.	Número de atividades culturais, lazer e esportivas sendo realizadas. Número de crianças sendo atendidas.	Contínuo.	FEAC (Bolsa Cultura).
02	Integrar e fortalecer a arte e a cultura como elementos protagonistas das políticas públicas.	Promover a cada 3 meses cinema, música e teatro ao ar livre, alternando bairros e regiões da cidade.	A partir de 2025	Número de ações sendo realizadas nos territórios.	De 2025 a 2034.	FEAC (Bolsa Cultura).
03	Promover espaços de interatividade entre a criança e os ambientes do brincar através da pintura, uso de cores vibrantes e alegres, entre outros.	Criar dois Espaços interativos por ano nos territórios mais vulneráveis e com maior número de crianças sem acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer.	A partir de 2025	Número de locais adaptados com espaços de interatividade criados e em funcionamento.	Contínuo.	FEAC



04	Ofertar atividades esportivas como balé, judô, karatê, entre outros, para crianças.	Ampliar as atividades visando a inclusão da faixa etária de 2 a 6 anos.	A partir de 2024.	Ações esportivas sendo ofertadas; Número de crianças participando das atividades.	Contínuo.	FEAC
05	Instalar nas praças (CEPEL) e parques espaços Kids para o público infantil com conteúdos divertidos e seguros: jogos de amarelinha, adoleta, caça ao tesouro, bola de gude, pega-pega etc.	Instituir pelo menos um espaço público de qualidade por ano.	A partir de 2024	Quantidade de recursos investidos; Número de locais adaptados para a criança praticar esporte e brincar.	De 2024 a 2034.	FEAC
06	Ofertar atividades aquáticas para as famílias mais vulneráveis.	Estimular atividades em clubes da cidade, nas diversas regiões com formalização de parcerias com Universidades, SESI, SESC e Clubes existentes.	A partir de 2025.	Número de parcerias formalizadas; Percentual de famílias e crianças com acesso.	A partir de 2025	FEAC



5.4.7 Propostas - A defesa, a proteção e a prevenção à violência contra crianças

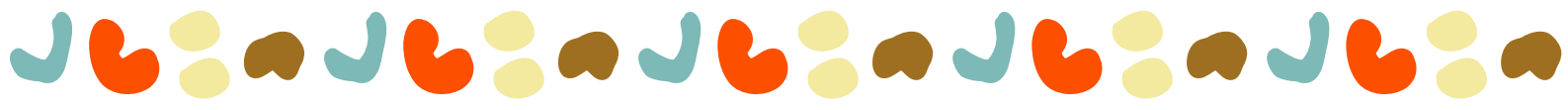
As situações relacionadas à violência e a segurança, foram expressas por 118 crianças em falas, desenhos e garatujas como algo preocupante e que deve ser levado em conta pelas políticas públicas. Chamaram atenção da Comissão frases e palavras citadas pelas crianças, como não gostarem de: *“maldade, brigas, crimes, pessoas ruins, bandidos”*, entre outros aspectos. Como proteção sugerem que é preciso haver mais *“segurança nas ruas e nas casas”* e a necessidade de *“mais policiais nas ruas”*, conforme se observa nestas falas coletivas: *“Uma cidade ideal é um lugar com casas seguras e camas quentinhas para que ninguém durma na rua, um lugar com pessoas boas, amorosas e amigas, que ajudam uns aos outros e mantém a cidade limpa e sem violência”* (Produção coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Referência similar foi produzida por outro grupo: *“Nossa cidade ideal não tem nenhum ladrão, todos tem uma casa legal e podem ir ao parque de diversão”*. (Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos).

Durante a análise realizada, algumas palavras escritas e desejos expressados pelas crianças, surgiram como alertas para reflexão, tais como a necessidade de se ter mais *“paz, harmonia, respeito, alegria, felicidade, calma, cidade limpa, pessoas de coração bom”* e que gostariam de *“mais alegria e menos violência”*, e que estão *“rezando pela paz...não ter violência e sim paz”*.

Outro aspecto também essencial e considerado como relevante, mencionado por outras 82 crianças foi a questão religiosa onde a grande maioria expressou gostar de ir à Igreja com os familiares. Pelo universo de falas, destaca-se a importância de se resguardar o direito das crianças às suas crenças e culturas, devendo ser respeitadas e asseguradas, conforme prevê o ECA em seus arts. 16, 17 e 22. A frase a seguir demonstra a importância dessa prática exercida pela família: *“Gosto de ir à Igreja com minha mãe”*. (Flávia, 5 anos).

Outro aspecto ainda mencionado por 3 crianças relacionado a este eixo, foi a questão da droga como algo que não gostam.

Na escuta com os pais e responsáveis a segurança foi citada como aspecto fundamental indicando a ronda escolar, monitoramento por câmeras, além de campanhas educativas que reflitam sobre as diversas formas de violência.



Quadro 15 - A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Manter o fluxo de atendimento a vítimas de violência.	Fortalecer a articulação com a rede do Sistema de Garantia de Direitos e com a rede intersectorial.	Contínuo.	Número de atendimento realizados pela rede do Sistema de Garantia de Direitos; Número de situações de revitimização.	Contínuo.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
02	Fomentar campanhas intersectoriais para a prevenção e enfrentamento da violência doméstica.	Realizar pelo menos uma ação anualmente visando a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica.	A partir de 2024.	Número de ações articuladas sendo realizadas; Quantidade de pessoas atingidas; Número de setores envolvidos nas campanhas.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
03	Realizar Campanhas sobre a proteção contra as	Realizar pelo menos uma campanha por semestre	A partir de 2024.	Número de Campanhas sendo realizadas.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema



	violências digital e a desinformação.	com foco no uso seguro das redes, sobre as diversas formas de violência.				de Garantia de Direitos.
04	Fortalecer ações de auto-proteção, prevenção, identificação de situações de abuso e exploração sexual.	Capacitar os profissionais da rede do Sistema de Garantia de Direitos anualmente.	A partir de 2024	Número de ações sendo realizadas.	Anual	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
05	Promover campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a importância da prevenção de acidentes na infância.	Realizar Campanhas Contínuas	A partir de 2024	Número de Notificação pela Saúde; Número de campanhas realizadas	Anual	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.



5.4.8 Propostas - A Criança e a Assistência Social

Na interface da Política de Assistência Social com a temática da convivência familiar e comunitária, destaca-se o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que oferta os serviços socioassistenciais dando suporte às famílias no desempenho de suas funções, contribuindo para a prevenção do afastamento do convívio familiar.

No processo de escuta a questão da convivência familiar e comunitária foram representadas por 291 crianças através das expressões, garatujas e desenhos, quando mencionaram a importância e o prazer de ir à escola, de estar com amigos, vizinhos, avós”, mas sobretudo, “ficar em casa com a família. Diante disso, observa-se que a convivência com a família é um aspecto determinante na vida da criança, pois o cuidado e as relações entre pais e filhos tornam-se núcleo de proteção e compreensão no processo de desenvolvimento psíquico, influenciando de forma positiva no enfrentamento das situações adversas da vida em sociedade. Assim sendo, garantir a convivência familiar é fundamental à formação dos vínculos afetivos e essenciais para a constituição da personalidade infantil.

Observou-se também a importância da convivência entre crianças da mesma faixa etária por meio das atividades que realizam no cotidiano como escolas, creches, parques, praças, que são ambientes de convivência com amigos e são locais em que a criança pode interagir com outras crianças, sendo estes espaços ricos para a convivência social. São momentos de trocas de experiências, e um ambiente valioso de aprendizagem. “*Eu gosto de dar as mãos para os amigos*” (Amanda, 4 anos).

Pais e responsáveis também consideraram a interação social e a convivência nos espaços coletivos.

Outras questões mencionadas pelas crianças e pais foram consideradas aqui como situações relevantes e relacionadas à política da assistência social, valendo destacar “(...) *Gostaria também de cuidar melhor dos moradores de rua, oferecer trabalho e moradia para terem uma vida melhor*”. (Produção Coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Ainda sobre a população em situação de rua, muitas expressaram “*que não gostam de ver crianças e adultos nas ruas, pedintes e andarilhos*” (Gabriela, 5 anos).

Ainda em relação à área da assistência social houve apenas um registro de criança que apontou a necessidade de um CRAS no território, o que demonstra que as atenções e ações nessa área são satisfatórias ou não souberam traduzir a importância dessa política para o seu



desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, por não saberem distinguir o que é possível e o que não é, além de não terem maturidade intelectual para compreenderem a dimensão dessa política.

Nesta perspectiva ressalta-se a importância do “cuidar” das crianças, o que inclui ouvi-las, oferecer a elas ações e atenções de cuidado e atentar-se às dimensões cognitivas e psicossociais do seu desenvolvimento. É essencial demonstrar afeto, zelar pela segurança, manter uma interação positiva, entre outras ações e atenções que demandam dedicação, comprometimento e responsabilidade das pessoas que assumem a atribuição de cuidar.



Quadro 16 - A Criança e a Assistência Social

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Fortalecer o trabalho social com as famílias, com crianças, na proteção social no SUAS.	Ampliar os coletivos nos serviços socioassistenciais da PSB para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias; Prever orçamento para ampliar em 50% até 2034, o atendimento.	A partir de 2025	Percentual de vagas ampliadas; Elevação gradativa dos investimentos nos serviços socioassistenciais para a primeira infância.	Até 2034	Secretaria Municipal de Ação Social
02	Priorizar o acompanhamento no SUAS das famílias com crianças de 0 a 6 anos, em descumprimento das condicionais do PBF.	Alcançar acompanhamento de 100% das famílias nas condições da Saúde, Educação e Assistência Social.	A partir de 2025	Serviço da proteção social básica no domicílio de 0 a 6 anos em execução; Número de famílias acompanhadas;	Contínuo	Secretaria Municipal de Ação Social, Saúde e Educação.



	Ampliar o Programa de Proteção Assistida para a criança de 0 a 6 anos.	Ampliar em 100% as vagas do Programa de Proteção Assistida.	A partir de 2025	Vagas ampliadas em 100%; Redução de acolhimento institucional; Redução das situações de violação de direitos.	contínuo	Secretaria de Ação Social e OSC's parceiras.
03	Garantir o cadastro de todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos elegíveis ao BPC.	Identificar famílias com crianças sem acesso ao BPC; Articular com a rede intersetorial de serviços visando a operacionalização e acesso ao benefício.	A partir de 2025	Número de famílias com crianças de 0 a 6 anos cadastradas; Número de famílias com acesso ao BPC.	Contínuo	Secretaria Municipal de Ação Social/Cadastro Único
04	Garantir ações intergeracionais na rede SUAS.	Estabelecer um cronograma de atividades intergeracionais entre os serviços socioassistenciais; Estimular as ações intergeracionais em 100% da rede socioassistencial por meio de Encontros semestrais	Contínuo	Número de ações sendo realizadas pelos serviços.	Contínuo	Secretaria Municipal de Ação Social



<p>06</p>	<p>Eliminar o afastamento de crianças das suas famílias por motivo de pobreza, garantindo, nessas situações, a inclusão prioritária das famílias em programas de transferência de renda, o recebimento de benefícios e outras formas de apoio material.</p>	<p>Ampliar número de vagas no Programa de Proteção Assistida; Ampliar o número de vagas no Benefício “Família de Origem”; Ampliar os Benefícios e Programas de Transferência de Renda.</p>	<p>A partir de 2025</p>	<p>Número de Famílias sendo acompanhadas; Número de Famílias beneficiadas com o Benefícios e Programas de Transferência de Renda; Redução no número de acolhimento institucional de crianças.</p>	<p>Até 2034</p>	<p>Secretaria Municipal de Ação Social</p>
<p>07</p>	<p>Garantir a aplicabilidade dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nas ações dos planos previstos no § 2º do art. 260 do ECA. (PNPI)</p>	<p>Definir percentual do FMDCAF para a programas e/ou projetos para crianças de 0 a 6 anos; Priorizar a seleção de projetos para crianças de 0 a 6 anos.</p>	<p>A partir de 2025</p>	<p>Número de Projetos selecionados pela CMDCAF; Número de Crianças sendo atendidas nos Projetos financiados pelo FMDCAF.</p>	<p>Annual</p>	<p>CMDCAF</p>



5.4.9 Propostas - A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação.

Ao ser analisado o material produzido, foram incluídos vários aspectos citados pelas crianças como importantes e que possuem interface com várias políticas públicas. Foram registradas 174 citações incluindo o transporte público como trem, metrô, assim como falta de regras, desrespeito às leis de trânsito, necessidade de educação no trânsito, falta de semáforos, segurança nas ruas e a poluição.

Na fala das famílias, o transporte público deve ser acessível e com horários flexíveis para garantir o acesso aos diversos espaços da cidade.

No que diz respeito à iluminação pública, de acordo com a fala das crianças, em alguns bairros a iluminação é precária e há muitas lâmpadas queimadas, havendo demora no conserto ou substituição. Já com relação à pavimentação as crianças colocaram que não gostam de ruas não pavimentadas, como se nota nas falas: *“Não gosto dos buracos nas ruas, porque é muito perigoso acontecer acidentes [...] se o carro cair no buraco as pessoas podem morrer”* (Enzo João, 6 anos). *“Eu não gosto de ver calçada quebrada”* (Flora, 5 anos).

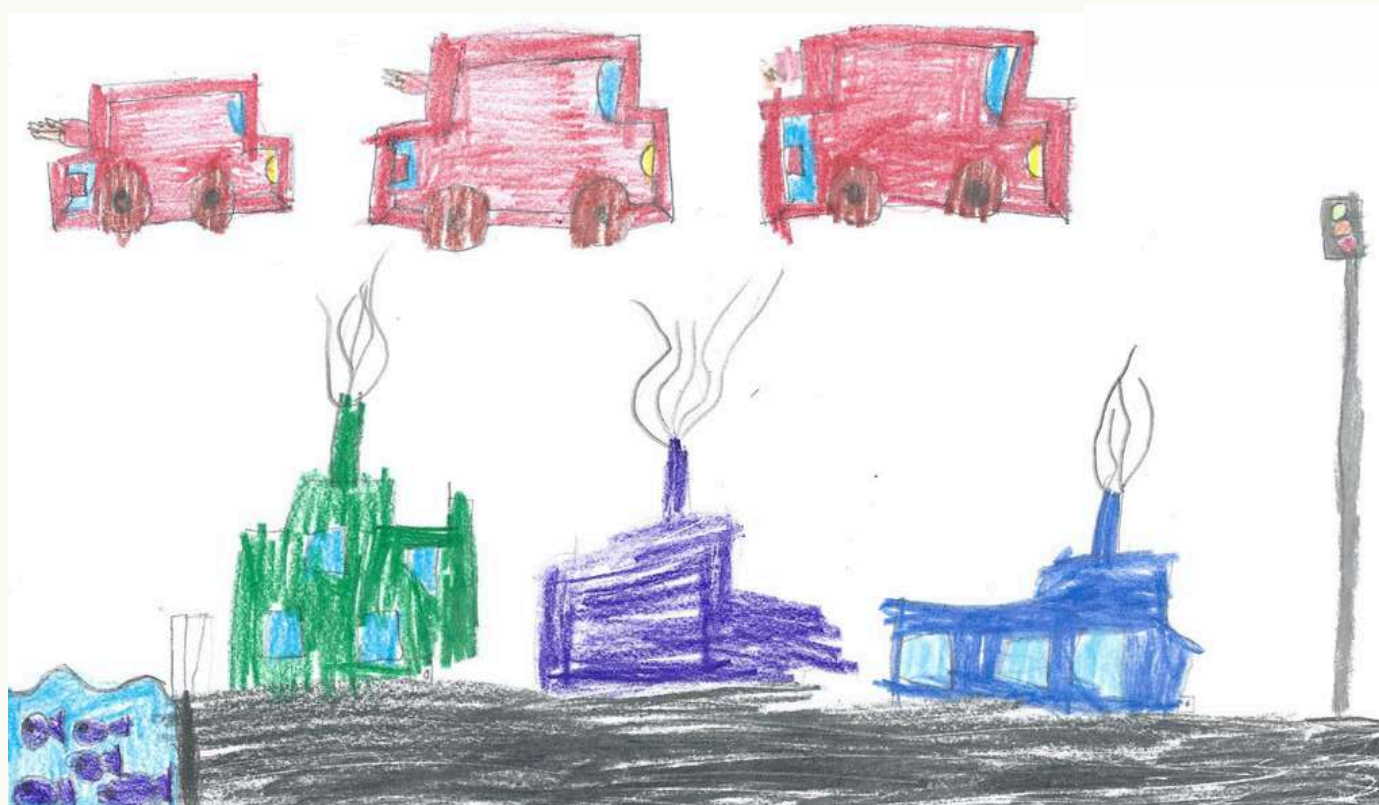
Diante dessas argumentações, percebe-se a importância de ensinar regras, direitos e deveres para o trânsito, como uma forma de promover mudanças sociais para prevenir acidentes e formar cidadãos conscientes, com valores como respeito, cordialidade, empatia e senso de responsabilidade, principalmente para as crianças, desde a tenra idade como possibilidade de promover essas mudanças.

Com relação à iluminação, nota-se a inquietação das crianças, como se observa a seguir: *“O poste de energia iria iluminar as ruas, as pracinhas, as quadras e parquinhos, mas não pode esquecer de trocar a luz, porque muitas vezes o poste está lá, mas a luz não funciona”*. (Produção coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Sobre o trânsito intenso, a preocupação das crianças pode ser demonstrada pela seguinte fala: *“Minha rua é muito movimentada eu não gosto porque não posso ficar na rua”*. (Nicolas, 5 anos). *“Eu só tenho medo de roubar minha casa”* (Théo, 5 anos).

A redação a seguir elaborada por alunos de 1º ano expressa vários desejos em relação a diversos direitos que perpassam várias dimensões educativas: *“Para Franca ficar uma cidade ideal tem que plantar mais árvores, flores e girassóis, tem que colocar mais policiais e guardas nas escolas, tem que colocar mais luzes nos postes, ter mais semáforos nas ruas,*



os cientistas descobrirem a cura da dengue, jogar veneno para matar o mosquito da dengue, colocar uma barreira para a água não sair do córrego, como uma piscina. Tem que ajudar os moradores de rua com comida, cobertores e trabalho”. (Produção Coletiva, alunos de 1º ano, crianças de 6 e 7 anos). Assim sendo, entende-se que a educação é um instrumento determinante no processo de conscientização, pois desenvolve o senso crítico e garante a dignidade de uma sociedade.



Quadro 17 - A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Garantir o acesso universal e de qualidade ao sistema de transporte público e à mobilidade ativa e segura.	Criar rotas de transporte nos territórios; Ofertar transporte adaptado e acessível à pessoa com deficiência, à gestante e à criança.	A partir de 2025.	Rotas ampliadas e em pleno funcionamento; Quantidade de rotas e transporte adaptado e acessível à PCD sendo implementadas.	Anual.	Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Transporte.
02	Ampliar a sinalização da travessia segura nas escolas, creches e outras unidades públicas e privadas.	Identificar as unidades que necessitam de sinalização segura; Adaptação gradativa em 15% das ruas ao ano; Instalação de lombo faixas nas proximidades das unidades de atendimento.	A partir de 2024.	Quantidade de unidades com travessia adaptada e segura. Número de lombo faixas instaladas.	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.



03	Assegurar que as unidades de atendimento à criança possuam embarque e desembarque seguro.	<p>Implantar mão única de direção em frente as unidades de atendimento de crianças;</p> <p>Implantar locais de embarque e desembarque seguro nos espaços de frequência diária de crianças.</p>	A partir de 2024.	<p>Unidades estruturadas com mão única;</p> <p>Locais de embarque e desembarque implantados.</p>	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.
04	Garantir o uso e acesso aos espaços públicos com segurança.	<p>Ampliação da instalação de vídeo monitoramento em espaços públicos;</p> <p>Aquisição de serviços de ronda motorizada para atendimento aos espaços públicos de lazer como praças, poliesportivos, entre outros;</p> <p>Melhora da iluminação pública, especialmente em locais de frequência e convivência comunitária.</p>	A partir de 2024.	<p>Número de vídeo monitoramento instalados;</p> <p>Compra de serviços de ronda realizada e em funcionamento;</p> <p>Espaços públicos com iluminação garantida (praças, parques, ruas, entre outros)</p>	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.



5.4.10 Propostas – A Criança e as Redes Sociais

A influência das redes sociais no processo de aprendizagem infantil pode afetar profundamente o desenvolvimento da criança. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, a dependência ou o uso das mídias, além de causar problemas mentais e de ansiedade, também gera transtornos de sono e alimentação, sedentarismo, problemas auditivos, visuais e posturais, entre muitos outros.

Para as famílias, as redes sociais devem ser utilizadas mediante um olhar atento sobre o que as crianças estão acessando e o tempo em que as mesmas utilizam as telas. Além disso mencionam a necessidade das crianças e pais terem orientações sobre o uso das telas digitais.

Importante ainda destacar que estudos mostram que o uso de dispositivos eletrônicos diminui a capacidade de comunicação, de resolução de problemas e de sociabilidade de crianças até 5 anos. O contato excessivo com telas pode afetar o desenvolvimento da criança que não possui amadurecimento para controlar impulsos, fazer julgamentos, manter a atenção e tomar decisões. Daí a necessidade de pensar estratégias para o controle do uso desses dispositivos.

Apenas 12 registros foram mencionados pelas crianças sobre mídias sociais onde disseram gostar de gravar vídeos, de acessar a internet, brincar de videogame e jogar no celular.



Quadro 18 – A Criança e as Redes Sociais.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Prevenir o uso precoce e excessivo das tecnologias digitais e de outras telas nas creches pré-escolas.	Promoção de ao menos 2 campanhas visando a conscientização de pais e ou responsáveis sobre os efeitos quanto ao uso excessivo; Estímulo de brincadeiras e atividades ao ar livre; Redução do tempo de acesso das crianças às telas digitais.	A partir de 2025.	Número de campanhas realizadas.	De 2025 a 2034.	Secretaria Municipal de Educação.



5.4.11 – Formação continuada: Atendimento qualificado

A Lei nº 13.257/2016, considerada o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI, determina que todo profissional que atua com crianças neste ciclo da vida deve conhecer as práticas mais adequadas de cuidado, com conhecimentos científicos atualizados sobre o crescimento e o desenvolvimento infantil, além dos direitos da criança. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais desenvolvam suas práticas tendo como base processos formativos adequados e contínuos. Em seu artigo 4º, estabelece que as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância, precisam ser conhecidos pelos profissionais, pois, são eles que elaboram e implementam as ações voltadas para esse público.

A referida lei, em seu art. 9º e 10, determina que as políticas para a primeira infância se articulem com as instituições de formação profissional visando a adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e, também, para que o planejamento da oferta de cursos assegure a existência de profissionais qualificados que possibilitem a melhoria da qualidade dos diversos serviços, tendo como temas: a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral, a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.

Neste sentido, os pais e ou responsáveis também destacaram a importância da formação contínua dos profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos para maior eficiência nos serviços prestados.



Quadro 19 – Formação continuada: Atendimento qualificado

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Promover formação continuada de todos os profissionais do SGD que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos na perspectiva de ampliar e aprofundar sua base de conhecimento e aperfeiçoar sua prática.	Realizar de forma sistemática formação continuada aos profissionais.	A partir de 2025.	Número de ações de Formação sendo realizadas por cada área; Número de trabalhadores sendo capacitados.	Anual	CMDCAF.
02	Promover a formação continuada e a capacitação aos profissionais de educação infantil, saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na	Realizar capacitações visando ao desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança,	A partir de 2024.	Número de capacitações sendo realizadas; Número de profissionais sendo capacitados.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Secretaria de Ação Social.



<p>promoção, proteção e defesa dos direitos da criança.</p>	<p>conforme determina o art. 70A do ECA;</p> <p>Desenvolver pelo menos dois Programas de formação continuada para os profissionais da rede de saúde que realizam atendimento à gestante e à criança de 0 a 6 anos;</p> <p>Aprimorar os cuidados e atendimentos neonatais e pediátricos;</p> <p>Promover formação continuada para rede do Sistema de Garantia de Direitos e rede municipal, visando a erradicação e combate da violência de gênero, dos racismos, em especial o institucional;</p> <p>Capacitar as equipes com os temas: Aleitamento,</p>			
---	--	--	--	--



5.4.12 – Articulação Intersetorial

A conjugação de ações e apoios envolvendo, sobretudo, a rede de apoio e participação das famílias e comunidades, assim como da rede intersetorial e interinstitucional, é fundamental nas atenções à primeira infância. O art. 14 do Marco Legal da Primeira Infância discrimina, nos seus cinco parágrafos, a necessidade de inclusão de aspectos que representem o apoio às famílias nos seus distintos graus de vulnerabilidade e a necessária articulação intersetorial para integrar os programas que atuam com famílias.

As políticas públicas e a comunidade devem estar articuladas no fortalecimento das famílias que devem contar com as bases de apoio existentes no território na qual está inserida. As ações ofertadas por essa rede é que são os alicerces fundamentais do desenvolvimento integral da criança ao oferecer segurança, relacionamentos afetivos, oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, amizades e autoconfiança, bem como atividades e serviços que contribuam para a sua realização plena como pessoa. De acordo com o Plano Nacional da Primeira Infância, ao fortalecer as bases de apoio familiares e comunitárias se fortalece a própria família e, conseqüentemente, a criança que nela cresce e se desenvolve.

Portanto, a articulação intersetorial deve ser uma prática que deverá permitir o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores, público e privado, e atuar na produção e na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas objetivando o impacto positivo sobre o público infantil.



Quadro 20 - Articulação Intersetorial

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Promover articulação intersectorial visando qualificar as políticas voltadas para a primeira infância.	Realizar planeamento intersectorial, envolvendo diferentes áreas para gerar sinergia, entre políticas de cultura, esporte, lazer, meio ambiente, habitação, transporte, educação, saúde, assistência social etc., visando atender ao princípio da prioridade absoluta.	2025 a 2034	Ações intersectoriais planejadas e sendo executadas.	Contínuo	Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Cultura, Esporte, Lazer, Habitação, Transporte, Educação, Saúde, Assistência Social e outras.
02	Realização de Fórum Municipal sobre ações pela primeira infância.	Realizar, a cada dois anos, um Fórum Municipal sobre ações pela primeira infância, para apresentação dos resultados.	A partir de 2026.	Fórum Municipal sendo realizado a cada dois anos.	Bianual.	CMDCAF.



03	Ampliar o apoio às famílias nos seus territórios com diferentes graus de vulnerabilidade.	Fortalecer a intersectorialidade nos territórios, por meio da articulação e integração das políticas públicas setoriais, considerando a referência do CRAS.	A partir de 2024.	Articulação fortalecida através do envolvimento intersectorial; Número de Ações sendo realizadas.	Contínuo.	Diversas políticas intersectoriais.
----	---	---	-------------------	--	-----------	-------------------------------------



5.4.13 - Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

A aplicação de recursos financeiros na primeira infância, na proteção e promoção dos direitos das crianças não devem ser considerados como despesas, mas como investimentos.

Nas propostas apresentadas não há estimativa de gastos, contudo este Plano indica as diretrizes necessárias para o financiamento das políticas e das ações, as quais dependem da destinação de recursos orçamentários específicos para aprimorar e implementar a primeira infância.

O presente plano deverá ser acompanhado, monitorado e avaliado anualmente pelo CMDCAF, visando a verificação do cumprimento das ações e metas previstas. Trata-se de um processo que tem como objetivo acompanhar e monitorar a implementação e verificação de resultados das metas e prazos de execução propostos.

Quanto à avaliação, deverá ser realizada para identificar informações que permitam a correção de fluxos e a tomada de decisão sobre práticas institucionais que visam à efetivação dos direitos e das garantias que devem ser assegurados às crianças.

Ainda, no processo de avaliação, para verificação do cumprimento do Plano, alguns subsídios a seguir elencados poderão ser utilizados para verificação da qualidade, dos resultados e do impacto das políticas implementadas e executadas:

- a) quais estratégias funcionam;
- b) que mecanismos operacionais são efetivos;
- c) como se dá a articulação de políticas e como se constrói a intersetorialidade;
- d) como se integram, no campo prático dos serviços, as ações de diferentes setores;
- e) quais são as formas e técnicas utilizadas para situar as crianças como sujeito das ações;
- f) qual é o grau de participação dos diferentes atores; entre eles, as famílias e as crianças; e
- g) quanto se avançou na inclusão das diferentes infâncias e das crianças com deficiência etc.

Quanto às estratégias e metodologias das políticas setoriais são de responsabilidade de cada setor responsável pelas respectivas ações.



Quadro 21 - Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Criar planos orçamentários plurianuais e específicos, relacionados à primeira infância.	Definir recursos no Plano Plurianual para execução das ações previstas no presente Plano; Prever na LDO e LOA recursos específicos para as ações previstas neste Plano, com a criação de rubrica própria para este fim.	A partir de 2025.	Previsão de Recursos Financeiros no Plano Plurianual definido e garantido; Rubrica criada e recursos previstos na LDO e LOA.	Annual.	Secretarias Municipais.
02	Definir e destinar percentual de recursos do FMDCAF para financiamento de projetos para a Primeira Infância.	Incluir com prioridade eixo sobre a Primeira Infância para Projetos financiados com recursos do FMDCAF.	De 2025 a 2034.	Percentual de recursos definidos pelo CMDCAF para projetos para a Primeira Infância; Quantidade de Projetos sendo financiados pelo FMDCA;	Annual.	CMDCAF, FMDCA.



03	Realizar o monitoramento e avaliação do presente plano, de maneira a acompanhar a efetivação das ações e metas previstas.	Avaliar, anualmente o presente Plano, articuladamente; Incluir na avaliação as famílias e crianças de 0 a 6 anos.	De 2025 a 2034.	Quantidade e qualidade das ações e metas que estão sendo realizadas; Processo avaliativo sendo realizado de forma articulada.	Anual.	CMDCAF.
----	---	---	-----------------	---	--------	---------



REFERÊNCIAS

AGENDA Brasileira pela Primeira Infância 2022. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/agenda-brasileira-2022-infancia/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica nos 200 anos da independência do Brasil.** Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ladem/2018/09/07/a-transicao-demografica-nos-200-anos-da-independencia-do-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: junho de 2023.

Barcelos, R. S., Santos, I. S., Matijasevich, A., Barros, A. J. D., Barros, F. C., França, G. V. A., & Silva, V. L. S. (Ano). Acidentes por quedas, cortes e queimaduras em crianças de 0-4 anos: coorte de nascimentos de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2004. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 13(3), 384-394. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/K8RHVbY7pRWd4xMpRk665zG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BBC. Como uso excessivo de celular impacta cérebro da criança. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60853962>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

Franca. **Boletim Econômico Extra – Banco de Dados Socioeconômico da Prefeitura de Franca, publicado em 11 de novembro de 2021.** Franca: Prefeitura de Franca, 2021. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/boletim-economico>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.314**, de 29 de abril de 2020. Determina a criação de espaços lúdicos nos equipamentos destinados exclusivamente ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de todo tipo de violência, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2250961>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Constituição Federal.** Brasília: Esplanada, 2002.

_____. **Decreto nº 10.770**, de 10 de setembro de 2021. Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância - ATMPI. Brasília: Presidência da República, 2021.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República, 2003.

_____. **Lei nº 11.108**, de 7 de abril de 2005. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília: Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014.



_____. **Lei nº 13.006**, de 24 de junho de 2014. Dispõe sobre o atendimento especializado no SUS às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Brasília: Presidência da República, 2014

_____. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a execução de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida. Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Institui o Marco Legal da Primeira Infância. Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, 2018.

_____. **Lei nº 14.154**, de 26 de maio de 2021. Dispõe sobre o combate ao desperdício e à perda de alimentos e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. Brasília: Presidência da República, 2021.

_____. **Ministério da Saúde. Portaria nº 2.472**, de 31 de agosto de 2010. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt2472_31_08_2010.html> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. **Plano Nacional da Primeira Infância**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2024.

CECAD. **Painel de Dados**. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em: 30 de março de 2023.



CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança – 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.html

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social brasileira: uma questão possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/data/files/8A7A83CB30D6852A0131A952A2FD0225/85-16-03945-5.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

DATAPEDIA. **Dados de Franca, São Paulo**. Disponível em: <<https://datapedia.info/cidade/857/sp/franca#etnias>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e cidadania assistida**. Campinas: SP, Autores Associados, 1995.

FRANCA. **Lei Municipal nº 9.022**, de 20 de abril de 2021. Lei de Benefício Temporário de Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural e Rede Social de Apoio. Franca: Câmara Municipal de Franca, 2021.

_____. **Lei Orgânica do Município. Franca**. Câmara Municipal de Franca, 1990.

_____. **Plano de Assistência Social**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2018. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/phocadownloadpap/PlanoAssistenciaSocial.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Decenal de Ação 2016-2026**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2016. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=3111%3Aplano-decenal-2016-2026&id=52%3Aplano-municipal-decenal&Itemid=473>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



_____. **Plano Municipal de Franca 2015-2025**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2015. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=12523:plano-municipal-de-franca-2015-2025> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbano**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2279&Itemid=2495> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2280&Itemid=2496> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbano**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2279&Itemid=2495>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2280&Itemid=2496>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

FREITAS, Gustavo Gomes; DOWBOR, Mônica; AMORIM, Ricardo L.C. (et all); BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1. ed. São Paulo; Outras Expressões, 2012.

FUNDAÇÃO Abrinq. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022**. Disponível em: <https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022_0.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO Maria Cecília Vidigal. **Relatório Anual 2022**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Vidigal, 2023. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/relatorio-anual-2022/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024



FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz (Fiocruz). **No Brasil, das cesáreas à falta de autonomia da mulher sobre o parto é histórica.** Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/no-brasil-das-cesareas-a-falta-de-autonomia-da-mulher-sobre-o-parto-e-historica/>>.

Acesso em: 31 de março de 2023.

FUNDAÇÃO SEADE, 2017. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em 03 de abril de 2023.

GESUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social - Sistema Informatizado de Gestão da Informação do SUAS através da integração da rede socioassistencial.

GRUPO de Trabalho Saúde na Era Digital. **Manual de Orientação (2019-2021).** Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf> Acesso em: 27 de junho de 2023.

IBGE - Agência de Notícias. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Agência de Notícias. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=três%20índices%20apresenta>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Agência de Notícias. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=Na%20POF%202008%2D2009%2C%20cerca,%25%2C%20algum%20grau%20de%20vulnerabilidade>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.



_____. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 7,6 anos em 2019.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>.

_____. **Informações sobre Franca, São Paulo, Brasil.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/pesquisa/39/30279?ano=2020>. Acesso em: 29 de março de 2023.

_____. Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.**

IPEA. **Atlas da Violência 2021.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma Reflexão Preliminar.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11331/1/n_12_Expansao_Programa_Auxilio.pdf. Acesso em: 31 de março de 2023.

INSTITUTO Trata Brasil. **Ranking do Saneamento de 2022.** <Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

JORNAL da USP. **Gravidez precoce no estado de São Paulo tem redução de 65%.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/jornal-da-usp-no-ar-2/gravidez-precoce-no-estado-de-sao-paulo-tem-reducao-de-65/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

MINISTÉRIO da Educação (MEC). **Matrículas em creches públicas crescem em 2019.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33471-inep/85071-matriculas-em-creches-publicas-crescem-em-2019>. Acesso em: 23 de março de 2023.



MINISTÉRIO da Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**: 2005. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

MINISTÉRIO dos Direitos Humanos e Cidadania. **Infográfico sobre prevenção de acidentes domésticos envolvendo crianças**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/ministerio-alerta-para-prevencao-de-acidentes-domesticos-envolvendo-criancas/copy_of_INFOGRAFICOVIOLENCIASDOMESTICASfinal.jpg>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Dados sobre pobreza entre a população negra são apresentados no CNPIR**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/maio/dados-sobre-pobreza-entre-a-populacao-negra-sao-apresentados-no-cnpir#:~:text=Dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,programa%20de%20complementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

OBSERVATÓRIO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/035/original/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf.pdf?1678125969>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

PACTO Nacional pela Primeira Infância. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/07/fl1dd4fde1f5a06dc7445f33717dc6b62.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. **Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. 22 (2) ,Dez/2005. Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar , Departamento de Demografia, Minas Gerais, Brasil.



Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/whVyXGVtrRYrRqr8LszcnDj/?lang=pt>.
Consulta em 15 de julho de 2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.
Acesso em: 30 de abril de 2024.

SAFE Kids Brasil. **Prevenção de acidentes com crianças e adolescentes**. Disponível em:
<http://www.safekidsbrasil.org/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

SECRETARIA de Estado da Saúde de São Paulo. **Plano de Ação Regional de Acidentes GVE XVIII/DRS VIII- Franca da Rede de Atendimento às Pessoas Vítimas de Acidente por Escorpião**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, [Data de publicação, se disponível]. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/planos/rs26_plano_franca.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2024.

SEN, Amartya. **Direito, Sociedade e Justiça**. Disponível em: <<https://www.livronautas.com.br/ver-autor/2093/amartya-sen>>. Acesso em: 04 de agosto de 2023. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. Ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez.2010.

UNICEF. **Pobreza infantil monetária no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



UEL - Universidade Estadual de Londrina. **Nada é como a mãe: a vida de crianças e adolescentes órfãos do feminicídio.** Disponível em: <<https://sites.uel.br/lesfem/nada-e-como-a-mae-a-vida-de-criancas-e-adolescentes-orfaos-do-feminicidio>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. **Vício em games será considerado transtorno de saúde mental.** Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/vicio-em-games-sera-considerado-transtorno-de-saude-mental/>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.



FIM

